

REVISTA **TORMENTA** 2021

FACÇÃO FICTÍCIA

ANO 2 • EDIÇÃO #01



07

**DO GENOCÍDIO PANDÊMICO A UM
LEVANTE FASCISTA**

14

**COMUNICADO DESDE AS PRISÕES
CHILENAS sobre as eleições**

19

LUTA SOCIAL NA COLÔMBIA

27

CARTA DE CESARE BASTISTI

55

**afinidade: UP AGAINST THE WALL,
MOTHERFUCKERS!**

50 e 65

**COMO OS PROTESTOS DE 2021
FORAM ENTERRADOS**

VERÃO DE 2021



FACCCAOFICTICIA.NOBLOGS.ORG

Sumário

2021: Apresentação	5
Do Genocídio Pandêmico a Um Levante Fascista – O que Precisamos para Barrar Bolsonaro	7
Comunicado Desde as Prisões Chilenas Sobre as Eleições	14
MUROS QUE GRITAM, PEDRAS QUE VOAM – entrevista com Taller la Parresia sobre o levante na Colômbia	19
“Guantánamo Calabro”: Carta de Cesare Battisti	27
Nem CPI, Nem Eleições: Só o Povo Nas Ruas Vai Barrar o Genocídio	37
Como Enterrar o Antifascismo: dos Acordos com a Polícia à Criminalização do Ingovernável	50
Grupos de Afinidade São Gangues de Rua Com Análise – Relembrando UP AGAINST THE WALL, MOTHERFUCKERS!	55
O Relógio Sempre Atrasado de Quem Teme a Revolta – ou Como os Protestos de 2021 Foram Enterrados	65
Leituras Recomendadas	79

2021: Apresentação

Esta é segunda edição da Revista Tormenta, que compila alguns dos principais artigos com análises, entrevistas e traduções que fizemos sobre as lutas sociais radicais no Brasil e em outros países em 2021. Escrevemos ainda sob os efeitos da maior pandemia do século agravada por um dos governos mais desastrosos que já dominaram este território. Gostaríamos de estar aqui comentando os avanços das lutas antifascistas em 2021, mas os eventos nos limitam buscar manter o ânimo e recuperar o fôlego depois de um ano em que o potencial das mobilizações de rua toparam com os medos e de desejos legalistas de partidos e movimentos alinhados com a lei que lutaram como nunca para pacificar as ruas. Entre sonhos de trazer uma imagem do passado de governos petistas e a falta de senso crítico, preferiram se juntar à direita ou negociar a paz com a polícia. Vimos os atos antibolsonaristas serem rifados pelas frentes amplas de partidos e centrais sindicais. A criminalização, a agressão física e a fabricação de “infiltrados” serviu para isolar qualquer forma de ação combativa, linhas de frente e blocos autônomos capazes de defender manifestantes e atacar as estruturas de poder capitalista e estatal.

Enquanto no oeste da Europa, ou países como Índia, Tunísia e Grécia, a ciência e o combate à pandemia são usados como pretexto para a repressão policial, por aqui a mentalidade obscurantista do governo faz uso de discursos anticientíficos (ou de uma metódica ciência eugenista) para deixar morrer centenas de milhares de pessoas de uma infecção evitável – que em seu segundo ano, não conta sequer com dados sobre infecções e hospitalizações transparentes. Como previmos, o governo Bolsonaro e seus militares segue inabalado apesar da CPI da Covid explicitar seus inúmeros crimes contra a vida e a deliberada propagação do vírus. Ainda que os governos de extrema-direita estejam perdendo tração com derrotas nas urnas nos últimos dois anos, não é possível ter esperança de que eleições eliminem o bolsonarismo e o fascismo da política, da polícia ou das ruas. Construir a luta radical, de base, direta e autônoma será necessário para provar mais uma vez que a institucionalidade e a democracia representativa nunca foram atalhos para uma transformação social real.

Esperar que um novo governo PT reproduza, no atual contexto de ressecção e retração dos investimentos externos, a política econômica que aliviou a miséria de milhões no início dos anos 2000 é tão absurdo quanto esquecer o aumento de 620% do encarceramento, as UPPs, os desalojos de milhares para obras da Copa e Olimpíadas, lei antiterrorismo, o uso do exército como polícia e toda a estrutura repressiva que o atual governo herdou – se alguém se espanta com o o General Heleno, atual ministro-chefe do GSI, deve lembrar dos massacres que ele comandou no Haiti em nome do governo Lula. A volta do PT ao governo

pode afrouxar a corda nos nossos pescoços, mas a força estará sempre lá para ser usada, especialmente quando a extrema-direita tomar o poder novamente.

Após o fracasso de Trump em se reeleger, a vitória de Boric no Chile e as pesquisas eleitorais apontarem Lula como favorito em 2022, é possível que vejamos os limites dessa onda de governos da direita. O extremismo dos que se dizem “sem viés ideológico” carrega tanta ideologia que os permite ignorar dados científicos primários – em vez de utilizá-los em prol da gestão neoliberal que os apresentariam como heróis com a solução para a pandemia. As mortes e prejuízos econômicos e diplomáticos dessa equação podem não ser capazes de manter o poder em suas mãos por muito tempo. No entanto, apesar da perícia petista em gestão, conhecemos bem os limites dos governos progressistas que falharam em sanar os efeitos catastróficos do neoliberalismo nas Américas nas últimas décadas. Enquanto buscam respeitar as leis e a etiqueta dos ritos democráticos, não conseguem competir com a direita que declara abertamente seu ódio às minorias, afirma que opositores são inimigos e devem ser eliminados, que seus apoiadores devem se armar e que somente uma “guerra civil resolverá os problemas do país”.

O moralismo de esquerda ainda não é páreo para a radicalidade do pânico moral fascista. Muito menos para eliminar sozinho a estrutura mafiosa dos militares se mantiveram no poder ao fim da ditadura e construíram uma base miliciana, com grupos de extermínio e toda sorte de crime organizado que hoje celebra e se beneficia do governo Bolsonaro. Sabemos, também, que apesar das forças de centro-esquerda se colocarem como oposição ao bolsonarismo, sua possível volta ao governo servirá mais uma vez como recomposição das forças com a manutenção do pacto de pacificação e amansamento das possibilidades de insurreição. O plano deles é que “tudo mude” para que permaneça exatamente igual.

Esperamos um dos mais conflituosos anos eleitorais. A promessa de violência nas ruas para contestar um resultado negativo ao bolsonarismo nas urnas já está feita. E a demonstração de que há números e disposição para ocupar as ruas foi feita no último 7 de setembro. Subestimar o potencial dos fanáticos é ignorar a influência que a invasão do Capitólio em janeiro de 2021 pode ter sobre o bolsonarismo por aqui.

A eleição vai colocar como nunca esse embate à prova, às custas da pacificação de qualquer oposição radical nas ruas contra esse governo. Além de espalhar mais uma vez uma *outra campanha* para mostrar que existe ação política além do voto. Combateremos tanto a ordem que a esquerda quer impor quanto o caos dentro da ordem que esse governo fascista quer fazer crescer. Não importa quem for eleito, seremos ingovernáveis!!

*Internacional Ficítica,
Dezembro de 2021.*

Do Genocídio Pandêmico a Um Levante Fascista – O que Precisamos para Barrar Bolsonaro

23 de janeiro de 2021

A pandemia da Covid-19 no Brasil chega a números absurdos 210 mil pessoas mortas, cidades entrando em colapso. Sabíamos que o bolsonarismo deixaria um legado de repressão, violações e morte. Mas a crise sanitária está elevando as consequências ao extremo da devastação humana e ecológica. Em Manaus falta oxigênio e vítimas da Covid-19 e outras enfermidades morrem sufocadas enquanto o presidente e seus ministros dizem que “não podem fazer nada”. Não existe mais auxílio emergencial e os despejos seguem mesmo durante a pandemia, a letalidade policial aumentou 7% em relação à 2019 (cerca de 6 mil execuções) e o desemprego atinge índices históricos.

Para agravar o cenário, o presidente se isola entre a extrema-direita global, negando a pandemia, sabotando qualquer iniciativa e discursos médicos-científicos que viabilizem a vacinação e recomendando falsos “tratamentos precoce” da doença com hidroxiclороquina e vermífugos – ideia que até mesmo Donald Trump abandonou meses antes de perder as eleições.

Bolsonaro é o último chefe de Estado que segue como apoiador declarado, e ainda fiel, dos delírios de Trump, reproduzindo sua narrativa de fraude eleitoral e sendo o único líder mundial que apoia os discursos que justificam a invasão do Congresso estadunidense por uma multidão de fascistas no dia 6 de janeiro.

E vai além: Bolsonaro é o único caso do mundo de um candidato que mesmo tendo ganho a eleição alegou, sem provas, que o sistema eleitoral brasileiro é fraudulento e que, caso o país não abandone as urnas eletrônicas, voltando as antigas cédulas para votação de papel, haverá manipulação também na eleição presidencial de 2022. Com isso, sinaliza que seria necessário haver uma reação à suposta fraude do futuro, nos moldes da invasão ao Capitólio que ele acaba de celebrar.

Por mais que certas mitologias insistam, a história não se repete. Mas é fácil encontrar padrões de atuação política e discursos entre grupos ou líderes mundiais que compartilham interesses e um mesmo momento histórico. Como o fracassado Trump, Bolsonaro surfa na mobilização de grupos sociais que transformam seu ressentimento em ação política autoritária, supremacista e estridente. Essa onda que garante uma base de apoio reduzida, mas fiel e ativista. Seus apoiadores funcionam por meio de uma lógica identitária onde fatos ou dados científicos não têm relevância se não reforçarem suas próprias crenças e nem favorecerem as políticas do seu líder. Nesse caso, seguir recomendações médicas não é uma questão de saúde e cuidado de si e dos outros, mas apenas uma polêmica na disputa limitada entre a extrema-direita reacionária e social-democracia gestora, identificada, no Brasil, com os anos de governo do PT.

Nessa lógica de identificação sectária e paranóica, sua base mais radical é inflamada para realizar nas ruas e outros locais o que o discurso do presidente e seu time (ainda) não podem fazer abertamente: a violência física e o assassinato direto da oposição. Embora saibamos que suas políticas são responsáveis pela morte de milhares de pessoas, seja na pandemia, nos desastres ambientais ou pela mão da polícia, o discurso de Bolsonaro e sua família ainda é tratado como uma “metáfora” ou como “mera brincadeira” por seus defensores mais poderosos da mídia ou em cargos públicos. Quando diz que a “ditadura matou pouco”, ou que o que o Brasil passou entre 1964 à 1985 “não foi uma ditadura”, ou mesmo quando diz que vai “metralhar a esquerda”, Bolsonaro se foge de qualquer responsabilidade alegando que não está falando literalmente ou está sendo mal interpretado. Mas, assim como Trump incentivando (e depois elogiando) neonazistas que atiraram e mataram manifestantes antirracistas em agosto 2020 e invadiram o Congresso em janeiro de 2021 para manter seu governo no poder, o comportamento de Bolsonaro abre caminho para que seus apoiadores se sintam ainda mais encorajados a agir no mundo real.

As políticas de liberação de armas no Brasil e propostas de isenção de impostos sobre elas caminham para facilitar o acesso a armamentos para quem tem dinheiro para isso e se identifica com o discurso reacionários do presidente. As 180 mil novas armas registradas em 2020 já são um recorde, representando um aumento de 91% em relação a 2019 e um aumento geral de 183% desde o início do governo.

Bolsonaro demonstra querer formar uma base radicalizada – e armada – para defender seus interesses nas ruas conforme o exemplo trumpista. No contexto estadunidense, onde a posse legal de armas como pistolas ou fuzis já

Multidão invade o Capitólio impulsionada por discurso de Trump com bandeiras racistas e neonazistas: serão eles a imagem do futuro?



é parte da cultura, Trump foi capaz de insuflar seus apoiadores até que um de seus apoiadores, membro de uma milícia supremacista, matou duas pessoas e feriu uma terceira com tiros de AR-15 em agosto de 2020, num protesto antirracista em Kenosha, com a conivência da polícia.

Com tantas novas armas nas mãos de pessoas que se influenciaram pela propaganda bolsonarista, não é difícil imaginar manifestações de onde partidários do presidente acabem abrindo fogo ou praticando outras formas de violência contra outros manifestantes ou minorias que já são alvo do racismo, sexismo e xenofobia.

E se há alguma dúvida quanto a atuação da polícia, os recentes esforços do governo federal em tirar o controle das Polícias Militar e Civil dos governos estaduais e transferi-lo para Brasília (revisão do Projeto de Lei nº 4.363, de 2001), revelam o interesse de centralizar o comando das forças policiais, assim como acontece com as Forças Armadas. Vale lembrar que o golpe de estado organizado pela extrema direita na Bolívia em 2019 foi executado pela polícia, sem que o Exército tentasse impedir.

Além disso, Bolsonaro concede agrados e praticamente se tornou um paraninfo oficial de formaturas em academias de polícia. A polícia é uma das bases políticas mais sólidas de Bolsonaro, e o presidente constantemente encaminha propostas que fortalecem esse apoio. Como a que amplia o excludente de ilicitude para a polícia, isentando policiais de punição por qualquer ato ilegal cometido em serviço, ou seja: estimulando para que matem ainda mais!

Sobre a Violência

O discurso armamentista da direita é baseado na antiga ideia de que o “cidadão de bem” deve ter o direito de defender sua propriedade. Numa sociedade capitalista e patriarcal, isso significa: homens brancos, possuidores de imóveis ou terras com liberdade para usar a violência contra quem não tem. O Estado, que detém o monopólio da violência legal, mas garante “legitimidade” para que o rico possa matar pobres quando se sentir ameaçado – mas jamais vai tolerar que pobres, pretos, mulheres, indígenas e outros grupos marginalizados possam se defender da mesma forma contra agentes do Estado ou do Capital. A autodefesa é negada para todos esses grupos. Em outras palavras, só pode se defender quem já tem a proteção do Estado, como uma extensão da defesa ao direito de propriedade. E quem já é alvo, deve permanecer sem defesa ou sofrer duras punições casto tente revidar.

Mas não é somente a direita que trabalha para manter esse monopólio da autodefesa. Quando parte da esquerda condena protestos “violentos”, os bloqueios, o vandalismo, a desobediência e o contra ataque à violência policial, ela está complementando o mesmo discurso armamentista de Bolsonaro e seus apoiadores. Mesmo sem uma intenção explícita, as consequências de seu discurso pacificador afirmam: esses corpos não têm o direito de se defender, não podem revidar, devem traduzir seu ódio e sua insatisfação para um canal “legítimo” dentro de instituições que foram criadas pela elite para controlá-los e silenciá-los. Desnecessário dizer que quem concede essa legitimidade é a mesma lei burguesa que acolhe a violência policial e criminaliza qualquer resistência.

É compreensível que líderes de movimentos e partidos de esquerda reproduzam esse discurso, pois precisam da legitimação do poder estatal para disputar seus cargos e o controle das instituições. Se candidatos como Guilherme Boulos, que mandou integrantes do movimento sem-teto agredir adeptos da tática Black Blocs em atos em São Paulo, estimularem a desobediência e o confronto com a polícia, como esperar que a mesma polícia vá obedecer suas ordens caso sejam eleitos? Ou pior, como convencerão as pessoas que elas não devem desobedecer ou atacar a polícia quando ela estiver cumprindo as suas ordens?

Assistimos ao fim da representatividade democrática, desgastada e ineficiente. Com a perda da confiança em seus processos, o fracasso em prover o bem-estar geral dentro do neoliberalismo, a violência e o autoritarismo se tornam os únicos recursos para manter o comando do Estado. Sendo assim, nenhuma pessoa ou grupo que almeja um dia controlar esses governos e

polícias irá nos salvar do fascismo, pois nunca agirão contra essas instituições que sempre abriram caminho e sustentaram regimes fascistas.

Nossa Ação é Direta

Em meio a um cenário de radicalização e promessa de violência, é inútil esperar que polícias, leis ou exércitos impeçam a escalada do fascismo dentro e fora das instituições. A história recente nos mostra que todo aparato criado sob a justificativa de reprimir extremistas e fascistas, especialmente após os atentados de 11 de setembro, acabam sendo usados contra movimentos sociais e minorias. Nos EUA pós 2001, movimentos anticapitalistas, antifascistas e de libertação animal e da terra (Animal Liberation Front e Earth Liberation Front), se tornaram os principais alvos do combate ao “terrorismo doméstico”, mesmo nunca causando uma única morte ou atentado contra qualquer pessoa.

Fascistas e outros tipos de nacionalistas e populistas como Bolsonaro, Trump, Modi, Putin e Erdogan tendem a levar a balança do jogo político todo para a direita. Por isso pensar apenas numa polarização entre direita x esquerda nas urnas não é o suficiente, pois exclui do espectro político movimentos pela libertação real, anticapitalista e antiautoritária. Políticos e grupos neoliberais e conservadores reconhecem que a gestão genocida de Bolsonaro ou a tentativa fracassada de golpe com apoio de neonazistas orquestrada por Trump, são extremos perigosos. Como vemos no embate entre o governador de São Paulo e o governo federal, neoliberais como João Dória, que oferece razão para estudantes e pessoas em situação de rua e que manda a PM atirar para matar, vão se apresentar como a oposição moderada ao bolsonarismo. O risco que os fascistas nos apresentam é tornar o antifascismo um mero resgate das políticas assim como eram ontem, ou pior, que as mantenha como estão hoje. Com o medo do que pode ser pior, a esquerda se torna parálitica ou até mesmo reacionária diante de rupturas radicais.

Não é raro surgir na mídia ou na internet discursos de petistas – ou do próprio Lula – acusando os levantes de 2013 de serem os responsáveis pela escalada conservadora e fascistóide que levou ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e elegeu Bolsonaro. Ao fazer isso, tentam garantir que qualquer ação política fora de sua gestão eleitoral/estatal seja suprimida e sugerem que na era PT o povo brasileiro viveu uma plena revolução, com igualdade para todas e fim da opressão – como se os bancos não tivessem lucros recordes, a reforma agrária tenha sido paralisada, os movimentos abafados e a população carcerária aumentado dramáticos 620%.



Anarcafeministas com escudos roubados da polícia da Cidade do México, em 28 de setembro.

As recentes mobilizações no Chile, Argentina, México e Estados Unidos conseguiram vitórias e importantes avanços porque não esperaram para revirar à violência policial e das leis. Decidiram romper com a institucionalidade e o controle burocrático da esquerda acostumada com os palácios, reformas paralisadoras e a conciliação de classe. Mesmo quando a luta é por mudanças legais e institucionais, como a legalização do aborto na Argentina ou a derrubada da constituição chilena em vigor desde a ditadura de Pinochet, a pressão direta das pessoas nas ruas, tomando, ocupando e bloqueando a normalidade são muito mais eficientes. Se quisermos saúde de gratuita de qualidade, o fim dos despejos e acesso a recursos e alimentos durante e após a pandemia, não podemos esperar que governantes se antecipem, e sim tomar a iniciativa em nossas mãos.

As mobilizações no Brasil em 2020, durante a pandemia, provam que os maiores sindicatos, movimentos e partidos da oposição são os últimos a tomarem alguma iniciativa no mundo real para mudar algo. Uma das maiores e mais importante paralisação de trabalhadores foi organizada por entregadores e entregadoras rompendo com o isolamento da informalidade forçada pelos aplicativos de delivery. As mais combativas manifestações que barraram fisicamente carretas e passeatas bolsonaristas foram puxadas por torcidas e movimentos antifascistas nos quatro cantos do país.

É fundamental impedir os encontros e marchas para que fascistas não tenham espaço para fazer propaganda e recrutar novos membros para suas fileiras. No entanto, percebemos que quando a esquerda está nas ruas em busca de palanque eleitoral e em defesa da institucionalidade, ela vai aceitar recuar e protestar contra o fascismo distante dos fascistas – como foi o caso de

movimentos em São Paulo que negociaram a paz com a Polícia Militar para protestar alternadamente com os movimentos de direita.

Muitos atos serão convocados pelo Brasil contra a política genocida de Jair Bolsonaro e sua equipe. No entanto, não são apenas movimentos de base e a esquerda que estão convidando pessoas para irem às ruas no momento em que a popularidade do presidente despenca – a direita conservadora que vem rompendo com o governo que ajudou a eleger também está determinada a tentar limpar sua imagem voltar ainda mais fortes. Não podemos deixar que neoliberais e fundamentalistas cristãos monopolizem as revoltas que estão por vir e se tornem a imagem da resistência ao bolsonarismo nas ruas. Se falharmos, em 2022 provavelmente veremos cenas como a do dia 6 de janeiro nos EUA, com manifestantes tentando novamente invadir o Congresso ou o STF em nome de um regime ainda mais autoritário e assassino.

Organizar a solidariedade, revidar avanços fascistas, tomar as ruas, ocupar para morar e plantar e, não menos importante, impor consequências aos ricos e ao Estado para pressionar por mudanças estruturais é a única garantia de que não teremos nossas demandas amortecidas ou cooptadas por pretensas lideranças. Os levantes do dia 20 de novembro de 2020, dia da Consciência Negra, após a morte de João Alberto em uma loja do Carrefour em Porto Alegre já nos mostram o potencial da coordenação informal em escala nacional da revolta que trazemos latente contra toda essa política de morte impregnado nas estruturas desse sistema.

Somente formas de ação popular e radicais vão ser capazes de defender comunidades de ataques fascistas e impedir que seus movimentos ocupem as ruas com suas ideias vazias e cheias de ressentimento.

A luta é radical e pela vida. E só poder ser agora.

*De Ferguson a Porto Alegre:
FOGO NOS RACISTAS,
NOS FASCISTAS E NOS
CAPITALISTAS!*



Comunicado Desde as Prisões Chilenas Sobre as Eleições

29 de dezembro de 2021

As recentes eleições para presidência no Chile chamaram a atenção em todo o mundo, especialmente na América do Sul, onde governos eleitos na onda direitista ao longo da última década parecem dar sinal de perda de tração nas urnas. Depois do retorno do partido de Evo Morales na Bolívia em 2020 e da derrota de Donald Trump nos EUA, a esquerda retomou o poder do Estado na Argentina, no Peru e, em dezembro de 2021, Gabriel Boric venceu (com pouca diferença) o representante da extrema direita chilena, José Kast. Muitos esperam que esses ventos retirem, através das urnas, Bolsonaro do governo brasileiro e seus aliados da direita à frente da Colômbia, Uruguai, Equador e Paraguai.

Mas não nos enganemos: uma vitória do PT ou qualquer governo com uma trajetória à esquerda nas chamadas Américas não será capaz de eliminar o fascismo que se estabeleceu nas ruas, nas forças de segurança, nas instituições políticas e no controle das corporações. E, assim como o que aconteceu com Syriza na Grécia e Podemos na Espanha, sabemos que reabilitar a democracia representativa é reabilitar as armas que serão usadas por liberais e fascistas contra nós, buscando construir de baixo, uma sociedade para derrubar o Estado e o capitalismo. Seu compromisso com a gestão da crise capitalista os obrigará a ceder sempre em favor do lucro dos ricos, com mais austeridade e repressão. Não existe atalho para o fim da desigualdade e da dominação que passe pela gestão estatal. A autonomia e autodeterminação dos povos é a única força social que não pode desaparecer facilmente com um golpe ou uma nova eleição.

No caso chileno, Boric já disse a que veio antes mesmo de ser eleito: em novembro de 2019 se sentou com a direita para firmar “Acordo para a Paz e uma Nova Constituição” em reação aos gigantescos protestos do estallido social de outubro daquele ano. Em seguida, votou pela lei “anti-barricada, anti-saque, anti-máscara e anti-ocupação de terras”, que aumentou as penas para as ações diretas fundamentais para a revolta chilena. Se despende de governos eleitos, não teremos ocupações, protestos, anonimato nem nenhuma das armas de construção das lutas populares nas ruas.

Sendo assim, seguimos divulgando as palavras e as ações de quem não pretende sair das ruas nem fazer acordos com a classe dominante.

Abaixo, segue mais um de uma série de textos e materiais de camaradas que escrevem de dentro das prisões chilena sobre as recentes eleições. O comunicado foi publicado originalmente no portal Buscandolakalle¹ e traduzido pela Edições Insurrectas.

* * *

NEM BOTAS E NEM VOTOS, SOMENTE LUTA!

Palavras anárquicas e subversivas desde as prisões chilenas diante da reacomodação do domínio e sua perpetuação capitalista

Segundo o que proclama a cidadania, parece que somos testemunhas de um momento chave na história deste território, que nos encurralada de costas para o precipício e, ao menos que façamos algo, nossa queda será iminente. Parece que presenciamos uma guerra aberta, encarnizada, entre dois polos políticos inimigos a tal nível que, tal como a guerra fria, coloca em perigo a subsistência e o futuro de todos os seres no território dominado pelo Estado Chileno.

Por um lado, o grito de guerra versa: “Comunismo ou Liberdade!”. Por outro: “Democracia ou Fascismo!”. Diante de um cenário tão dramático, nos apresentam o que seria a ferramenta chave para enfrentar este contexto, capaz de deter de uma vez por todas esse banho de sangue: a participação nos processos eleitorais, o sufrágio como a arma libertadora.

Não somos nem cegxs e nem surdxxs, caminhamos com plena consciência sobre este e muitos outros acontecimentos do território. Não apenas nos distanciamos, mas também declaramos a guerra à toda instância institucional que busque qualquer perpetuação do *Status Quo*.

¹ Visite: <https://buscandolakalle.wordpress.com/2021/12/17/ante-el-contexto-eleitoral-palabras-anarquicas-y-subversivas-desde-las-prisiones-chilenas/>

Desconhecemos cabalmente o falso enfrentamento de dois sistemas supostamente distintos, o eixo no qual se disputa a batalha seguirá sendo o da Democracia e da administração do Capital. A existência de um “embate” entre distintas políticas somente tenta justificar a suposta amplitude do sistema democrático-capitalista, a essência “diversa” deste e o suposto espaço onde caberia todo tipo de pensamento. De nenhuma forma queremos ser aceitos por um sistema ou sociedade que rechaçamos, não queremos que nossa política seja mais uma dentro das opções deste sistema; queremos destruir toda opção e a estrutura que as sustenta. Nada temos a ver com o show eleitoral e sua cena de eleições, plebiscitos, votos e outros, consideramos isso nada mais do que um reajuste, a reacomodação burguesa de classe para a manutenção maquiada e de acordo aos tempos de uma ordem imposta e existente.

Temos a certeza que independentemente de qual seja o resultado eleitoral deste pleito, nada mudará essencialmente. Para além da conjuntura de quem esteja disputando a administração e a gestão da opressão, o mundo institucional, ou seja, o das eleições, nunca foi o nosso. Nesse sentido, quem vota, quem opta livremente por investir outra pessoa de autoridade, é tão responsável como o governante que dará as ordens de assassinar, militarizar e encarcerar. Quem vota é quem, mediante o ato de sufrágio, decide delegar parte de sua autonomia para fortalecer a cadeia de opressão e, portanto, do Estado.

Não seremos cúmplices de nenhum governo da vez, não fizemos ao final dos anos 1980, quando, assim como agora, o velho poder político instaurou o medo para tirar o fôlego e posição da luta confrontacional da época (como a luta armada), desdobrando um cenário cívico eleitoral que pretendia aniquilar com um Sim ou Não qualquer possibilidade de ruptura real.

Aqui já havíamos nos mantido nossa posição subversiva e desde aqueles tempos nada mudou.

A verdade o objetivo deste texto não é, nem deveria ser, de forma alguma convencer ou sequer teorizar sobre a participação da cidadania nos processos eleitorais, não seria correto demandar nem medir essa massa obediente segundo nossos critérios. O ponto de interesse surge quando vemos um grande leque de personagens que se reivindicam como atores “antagônicos” ou inclusive se denominam subversivos, revolucionários, rebeldes ou anarquistas, realizando chamados abertos para participar da via eleitoral e inclusive para votar em um candidato específico.

Alguns dos argumentos empunhados para justificar essa forma de ação têm a ver com a potencial perda de direitos civis – sempre garantidos pelo Estado – principalmente no plano das minorias “vulneráveis” ou das dissidências.

Não desconhecemos a suposta mudança na validação então arraigada de um discurso institucionalmente conservador na dinâmica de grande parte da sociedade alienada – o que tampouco se difere do contexto atual –, mas acreditamos que as lutas reais (de todo tipo), desde um posicionamento anárquico, subversivo ou revolucionário, nunca devem buscar validação ou integração por parte da institucionalidade ou mesmo da sociedade. Nos entregarmos, com nossas diferenças e particularidades, à “integração” institucional supõe diluir nossa individualidade antagônica em um espaço que não nos pertence e que tem como único fim ampliar o leque de participação democrática sem realmente questionar suas dinâmicas de fundo.

Não é de mais assinalar que, apesar do vai e vem em que se movem, se estendendo ou diminuindo os direitos civis em conjunturas específicas, não nos cabe esperar que os administradores da opressão sejam quem outorguem tais “direitos” (termos já suficientemente repudiável per se), alcançaremos nossa liberdade por nossos próprios meios e em plena autonomia. Nem a institucionalização nem a socialização das ideias ou políticas divergentes supõem uma mudança real nas práticas individuais ou coletivas. As dinâmicas que restringem nossa liberdade são combatidas no conflito, mas sobretudo com um desenvolvimento íntegro individual e uma crítica constante, não mediante o sufrágio ou a participação cidadã.

Se faz necessário ter em vista o fato de nos referirmos a um tema que parecia absolutamente resolvido dentro dos espaços e individualidades que dizem optar pela confrontação contra o Poder. Não nos cabe dizer quem é ou não subversivx, não somos nós as pessoas encarregadas disso, é a simbiose entre a palavra e a ação a única capaz de dar conta desta realidade. Se por um lado se defende a quebra total com o mundo existente, são feitos constantes chamados para acabar com o capitalismo ou com todo ápice de autoridade. Isso resulta ao menos patético que se defenda avaliar todos esses aspectos mediante a utilização do voto como “ferramenta” política, ação que é, além de tudo, um enorme empurrão e reforço da institucionalidade democrática do capital; mesmo quando ela parecia cambalear há pouco mais de dois anos.

Nossa aposta? Pois é a de sempre e com a porfia inquebrantável que nos acompanha: estender e aprofundar o conflito permanente e irrefreável, sabendo que não somos salvadorxs nem representantes de nada e de ninguém, apenas de nós mesmxs. Nossa opção pelo enfrentamento é feita em primeira pessoa porque entendemos que ao golpear vamos nos liberando. E se outras pessoas também assumem esse caminho, excelente, mas caso contrário, isso não será motivo para nos desencorajarmos e muito menos cedermos em nossas convicções, caindo e validando a via institucional. Não somos iluminadxs

e muito menos decidiremos o que virá, mas seremos entendidxs pelo que somos, pela prática, pelo que fazemos, sempre em concordância com nossas ideias, pela causa que brota e pela cumplicidade anárquica, subversiva e insurrecta que propaga rebeldia; nosso caminhar em guerra se converte, assim, na possibilidade palpável se sermos livres.

LIBERDADE PARA XS PRISIONEIRXS SUBVERSIVXS, ANAR-
QUISTAS E MAPUCHE PARA FORA DAS PRISÕES!!

AGUDIZAR O CONFLITO, INTENSIFICAR A OFENSIVA!

JUVENTUDE COMBATENTE, INSURREIÇÃO PERMANENTE!

MORTE AO ESTADO, VIVA A ANARQUIA!

NOSSA É A CONVICÇÃO!

ENQUANTO EXISTIR MISÉRIA HAVERÁ REBELIÃO!

Mónica Caballero Sepúlveda
cárcere feminina de San Miguel

Pablo Bahamondes Ortiz
C.D.P. Santiago 1

Francisco Solar Domínguez
Marcelo Villaroel Sepúlveda
Juan Aliste Vega
Joaquín García Chancks
C.P. Rancagua “La Gonzalina”

Dezembro de 2021,
território dominado pelo estado chileno.

MUROS QUE GRITAM, PEDRAS QUE VOAM – entrevista com Taller la Parresia sobre o levante na Colômbia

09 de março de 2021

Entre fevereiro e abril, as ruas do território dominado pelo Estado colombiano foram tomadas por agitações, uma greve geral com paralisação total dos serviços, manifestações de rua, piquetes e barricadas. Uma insurreição tomou a região após o governo de Ivan Duque tentar implementar reformas, sobretudo a tributária, que aumentariam ainda mais a miséria e afetariam sobretudo as classes populares.

Como forma de solidariedade às companheiras e companheiros que estão em luta nas ruas neste momento, enfrentando a polícia e o risco de contágio por COVID-19 para afirmar seu direito à vida, publicamos hoje a primeira parte de “DAS BARRICADAS”, uma série de entrevistas realizadas com individualidades, coletivos e organizações anárquicas de diferentes partes da região colombiana.²

Consideramos necessário difundir as análises das próprias pessoas envolvidas na insurreição, não apenas sobre a luta destas últimas semanas, mas levando em conta as recentes lutas dos últimos anos, a configuração das forças envolvidas, o histórico de resistência e da repressão que tenta sufocar as múltiplas formas de vida e de luta.

A seguinte entrevista foi realizada com o Taller la Parresia, compas que partem do uso do grafismo produzido em várias regiões sulamericanas como forma de ação direta e intervenção nos muros da cidade de Medellín, segunda maior cidade ocupada pelo Estado colombiano e localizada no Vale de Aburrá.

2 Por questão de espaço, não é possível colocar as 3 entrevistas da série sobre os levantes colombianos nessa edição. Para ler online, acessar referências e ler os originais em espanhol, visite: faccaoficticia.noblogs.org/post/category/entrevista/

P: As notícias que nos chegam aqui indicam que a insurreição que tomou as ruas se iniciou com uma luta contra a reforma tributária que o governo de Ivan Duque tentou implementar. Todavia, consideramos interessante levar em conta o contexto das lutas recentes nos territórios em que as insurreições acontecem, principalmente porque há menos de 2 anos as cidades colombianas já haviam sido local de manifestações multitudinárias e intensas. Sendo assim, gostaríamos que vocês comentassem um pouco sobre o processo de lutas que está ocorrendo no momento no território dominado pelo Estado colombiano e qual a relação com as lutas que antecederam esse momento.

R: Sim, como vocês comentaram, é um acumulado e não só nosso, mas de todo o povo e de nossxs amigxs na América latina. Vivemos o 2013 no Rio de Janeiro, seguimos as jornadas de nossxs amigxs em Santiago e Valparaíso, estivemos atentxs ao que acontecia em La Paz e em Quito. Tudo isso nos deixou em choque em cada momento.

Além disso, a execução de Marielle Franco, a de Santiago Maldonado, Bertha Cáceres, os 43 de Ayotzinapa e tantxs ex-combatentes que apostaram no processo de paz colombiano, xs líderes sociais, xs milhares de detidxs e desaparecidxs políticos e a todas as pessoas que sofrem o drama do deslocamento/migração venezuelana e mesoamericana.

Porem, para nós tudo se torna mais intenso com a necropolítica do Estado. Seguimos o caso das execuções extrajudiciais, chamados falsos positivos, jovens passados como guerrilheiros mortos em um combate que causou milhares de desaparecidos e execuções seletivas por parte dos militares para dar conta ao financiamento dos EUA. Também o desastre da represa que sequestrou o rio Cauca e a inundação das terras do cânion com centenas de fossas comuns, chamada Hidroituango.

Tudo tem sido muito intenso já há alguns anos, pois o Estado colombiano é uma máfia e se organiza como tal para exterminar seu povo e toda forma de organização e de vida. Além de ter super organizado suas frentes paramilitares e todo o assunto da produção e circulação de cocaína que agora se sabe que está a mando dos cartéis mexicanos.

Em novembro de 2019 nos somamos às jornadas de luta no Chile, em La Paz e Quito, e estranhamos que vocês, em suas cidades, não tenham feito isso. Nos moveu muito essas barricadas que apareceram nas cidades andinas e mesmo em Medellín, onde quase os Andes terminam ou entre os Andes.



Fomos documentando todo o processo insurrecional – o mapeamos e o narramos – porque pensamos que as lutas e nossas ações vão mais além do que esta prisão chamada pátria. Essa foi uma resenha das jornadas de novembro e dezembro de 2019 em Medellín e esta é a forma de confronto que se apresenta com o esquadrão de choque. Outra coisa a comentar é que igual a vocês no Brasil, nós vivemos uma ocupação militar do território e isso nos expõe muito e faz que a luta seja muito complicada pelo medo e pela capacidade do Estado de exterminar as pessoas que se envolvem nesse processo.

O território conhecido como América do Sul possui um histórico bastante intenso de revoltas. Na última década, foram várias... podemos lembrar, por exemplo, da insurreição que tomou as ruas das cidades brasileiras em junho de 2013 ou do “estallido social” que se evidenciou no território chileno em outubro de 2019. Apesar de suas diferenças entre as forças envolvidas e dos efeitos produzidos, em geral diziam respeito a uma luta contra o aumento no custo de vida, o que significa diretamente uma luta pela vida e contra a miséria produzida pelo capitalismo e pelo Estado. E nos parece que a revolta que esta ocorrendo no momento no território colombiano tem algumas características em comum. Como vocês analisam essa relação?

Sim, há muita fome, muita miséria descarada e as pessoas já não aguentam mais isso. Isso fez com que muita gente se somasse ao trabalho de denúncia, que outros colocassem o corpo para enfrentar o esquadrão anti-distúrbios e a polícia. E as comunidades indígenas, camponesas e negras enfrentassem os



“Governo de Parasitas”

militares. Por isso nos dedicamos a analisar o processo de insurreição confrontando com o processo de devastação da América Latina para entender essas táticas, as formas de permanência no espaço urbano e as formas de fazer as denúncias, não apenas localizadas, mas falando aos companheirxs latinoamericanxs.

Muitas causas e questões comuns nos atravessam, a migração/deslocamento, os massacres, o processo de devastação e o extrativismo, as gentrificações, por alguma razão nos separaram, mas nessas mesmas fissuras conseguimos nos conectar, nos conhecer e nos afetar por tudo aquilo que sentimos ser parte de nossa aposta de permanência no território e sobretudo na rua.

Vivemos a intensidade das jornadas de junho no Rio de Janeiro em 2013, voltamos para as olimpíadas e descemos por Montevideu e Buenos Aires, conhecendo tudo o que estava passando. Quando voltamos para a Colômbia vimos como se negava a possibilidade das pessoas envolvidas na guerrilha de entrarem em um processo de paz e como se tomava de assalto o Estado brasileiro e colombiano. Toda essa experiência nestes acontecimentos nos levou a compreender as coisas de uma forma diferente e que nos mantivéssemos atentos ao que ocorre.

Tudo isso nos levou a buscar no gráfico latino-americano um lugar para narrar e apresentar as denúncias nas ruas e assim temos feito desde 2019 e isso tem servido para nos organizarmos, termos uma disciplina e criar certas formas de consensos para permanecermos juntxs.

A pandemia do Covid-19 tem afetado sobretudo as classes populares tanto em relação a morte por contágio quanto pelo aumento da miséria e piora nas condições de vida. Ao mesmo

tempo, em algumas regiões a pandemia e o risco de infecção tem esvaziado as ruas e, de certo modo, funcionado como uma barreira para as mobilizações de rua multitudinárias. Como vocês analisam essa relação, já que a reforma tributária de Duque, por exemplo, afetaria diretamente o sistema de saúde colombiano?

Isso é brutal, como a pandemia tirou tudo que estava escondido e por fim as pessoas sentiram na verdade o que estava acontecendo. Agora não penso tanto no vírus, ainda que siga aí e os contágios e as mortes aumentem, basta ver o que passa com vocês, essa aparição das covas em São Paulo e em Manaus.

E sim, a rua se esvaziou, mas aqui em Medellín foi por uns 3 meses, depois vieram manifestações contra a brutalidade policial que nunca tinham sido vistas antes, o centro era uma barricada e lembrava quando muitos jovens saíam dos quebradas como quando desciam da Rocinha ou das manifestações na Avenida Presidente Vargas, o Rio de Janeiro.

Quando a saúde é um negócio. As vacinas, os tratamentos, as formas de hospitalização, é tudo brutal. Por outro lado tem se explorado o cuidado coletivo e as formas de nos mantermos fortes quanto ao que acontece e afeta nosso corpo.

Agora o Estado colombiano está tirando a saúde pública das classes populares e vão deixá-las sem o serviço de saúde. Está sendo gerado um processo de eugenia e somente sobreviverão aqueles que sejam mais conscientes de seu corpo e tenham a possibilidade de se cuidar.

Este processo de desmonte da saúde pública e da educação está deixando para todas as pessoas problemas muito grandes e muito urgentes de serem atendidos. Por um lado, me parece importante que tenhamos em conta esses processos e os atendamos por conta própria, mas pensando nas classes populares é interessante como têm se voltado para as formas comunitárias de como começaram os bairros; os cultivos, as autoconstruções, as formas de encontro na rua, isso parecia ter sido exterminado, mas começamos a ver que a memória retorna.

Nos chegam vários vídeos e imagens do terrorismo de Estado com assassinatos, torturas e outras formas de agressão por parte da polícia colombiana. Sabemos que isso não é um fato isolado, pois esta é uma ação regular de todos os Estados, sobretudo quando uma mobilização ataca a ordem e a paz dos

ricos. Como se estrutura a policia colombiana e como tem sido o histórico de repressão policial às manifestações?

O Esquadrão Antidistúrbios (ESMAD) é uma coisa brutal. Estão muito mais equipado que o choque de ordem, que a Gendarmeria e os Carabineiros. É uma mistura de robocop e batman, e tem uma letalidade brutal. O enfrentamento com eles é quase impossível, mas quando se vê os jovens parados frente a eles, se pensa muito no que se tornou esta luta, uma coisa de desespero absoluto. Além disso, agora com os tanques que os acompanham e foram comprados durante a pandemia, se chamam de Venom e tem um disparador de mais de 24 tiros de todos os tipos de balas recalsadas, granadas de atordoamento (N.T.: conhecidas no Brasil como bombas de efeito moral) e cargas tanto dissuasivas (armamento menos letal) quanto letais.

A polícia está formada por vários organismos, a SIJIN (Seccional de Investigación Judicial) – que são verdadeiros assassinos muitas vezes a paisana, devem estar agora montando uma tremenda perseguição; a polícia de verde; e outra que apoia os antidistúrbios. Isso é algo muito brutal, apoiando as frentes paramilitares fortemente armados, como se pode ver na cidade de Cali há alguns dias.

Já levamos mais de 20 anos com a ESMAD e temos exigido seu desmonte. Somente após 16 anos, agora, condenam um deles por assassinar Nicolas Neira, um jovem anarquista de 15 anos morto em Bogotá.

No momento se conta mais de 70 mortos nesta jornada, alguns assassinados pela ESMAD, outros por paramilitares e policiais. E algo do que não se tem falado é das pessoas desaparecidas, já são mais de 1000 e isso frente ao acumulado da guerra na Colômbia, na qual chegam a milhares. Medellín e Antioquia são as mais afetadas por esse flagelo.

Existe algum debate sobre a autodefesa nas ruas? Existe algum debate dos movimentos e coletivos em relação a abolição da policia, por exemplo?

A palavra autodefesa não é utilizada porque para nosso contexto é parte do que propõem os grupos paramilitares de organização e enfrentamento às guerrilhas e ao povo organizado. Não saberia dizer qual é o tipo de debate, se fala muito dos cuidados e da organização em Minga, que propõem os indígenas de Cauca, que envolve trabalho coletivo e organização horizontal e proteção.

E sim, sobre o assunto policial/militar há muito debate há muitos anos. A campanha pelo desmonte da ESMAD e tantas outras contra o terror de Estado. De fato tudo isso junto com a JEP (Jurisdicción Especial de Paz) e a comissão da verdade que foram abertas com o processo de paz. Agora, como o que muda na situação atual? Que a guerra entrou nas cidades entrou nas cidades, querem nos levar a um cenário de guerra civil.

Há muitos anos trabalhamos em questões antimilitaristas, contra a ocupação militar, então tudo isso que vimos nos Estados Unidos com George Floyd, o que passa no México com os desaparecidos e os narcotraficantes, no Brasil com as milícias e as chacinas, nos atravessa por aqui e nos toca...

Cartazes colados por Taller Parresía

Por fim, nos interessa muito as diferentes expressões do anarquismo na região conhecida como América do Sul. Portanto, gostaríamos que vocês falassem um pouco sobre as forças envolvidas nas lutas anárquicas da região colombiana.

O anarquismo já nos acompanha há alguns anos e cada vez mais surgem pessoas afins à causa anárquica. É muito bonito ver isso na Colômbia, pois não temos uma tradição de anarquistas. Também temos mudado muito por conta da guerra, então cada vez mais nos inteiramos do que passa com nossos irmãs, estar como no meio do caminho entre São Paulo e São Francisco, na Califórnia, nos permite um intercâmbio muito interessante. Bogotá é uma cidade que tem uma expansão do anarquismo muito interessante de acompanhar. De qual forças se poderia falar? A feminista é muito forte, também a luta ecológica tem tomado muita força. E bem... vemos que proliferam muito agora as ações diretas de arte urbana, um movimento muito ativo de denúncia, além dos indígenas de Cauca e os processos de liberação da mãe terra, as organizações negras e camponesas. Em todo o que temos semeado com todos os companheirxs que passaram por aqui e se solidarizaram com as comunidades e coletivos neste território. A luta anárquica pode se encontrar de muitas maneiras muito bonitas de experimentar.

Agora sobre as armas? Para nós isso é muito complicado de abordar. Recentemente um amigx da Flor do Asfalto, uma ocupação na região portuária do Rio de Janeiro onde conhecemos nossos companheirxs, me falava do cenário de guerra civil que está ocorrendo agora na Birmânia e isso já acontece com nós em apenas 15 dias do último levante.

Por outro lado, essas gerações se formaram com a resiliência – e como analisa o Núcleo de Sociabilidade Libertária (NUSOL) em São Paulo, isso pode ser uma deriva ao fascismo –, outros como nós nas lutas antimilitaristas e na resistência cultural, onde aprendemos e não tenderíamos como nos posicionar de outro modo. Penso que temos vindo fazendo já ha muitos anos. Vamos ver como se desencadeiam os acontecimentos. Por agora se está vendo muito apoio internacionalista, também muitos migrantes colombianos agitando e denunciando, então o importante é não ficarmos sozinhos.

Há dois dias estava ocorrendo um bloqueio de uma via nacional, chegavam gente de todos os povos do oriente, de Antioquia, do departamento de Medellín... e houve shows, queima de pneus, cozinha comunitária e montamos uma oficina de serigrafia. Então algo passou para que a gente consiga fazer isso, amanhã voltam as manifestações e assim estamos...



Teller Parresia em ação.

“Guantánamo Calabro”: Carta de Cesare Battisti

23 de junho de 2021

Em 16 de maio de 2021, Cesare Battisti, o ex-militante comunista italiano que se exilou no Brasil e foi extraditado ao início de 2019 da Bolívia para a Itália, escreveu do presídio de Rossano Calabro uma carta ao jornal online italiano Carmilla onde conta pela primeira vez os detalhes da extradição ilegal da qual foi vítima e o papel cumprido pelos governos italiano, brasileiro e boliviano nessa ocasião. Ele traz a discussão também por sua escolha, que gerou muitas polêmicas sobretudo na esquerda brasileira, ao se declarar culpado. Uma escolha que levou o ex-presidente Lula a se arrepender de ter-lhe dado asilo (escrevemos sobre isso no artigo “*Lula só Fez Autocrítica Onde Estava Certo: Comentários à Declaração Sobre Cesare Battisti*”).

Nessa carta Battisti lembra que a base legal do seu asilo não foi a inocência ou estraneidade dos fatos violentos dos quais o então grupo político dele, os Proletari Armati per il Comunismo (PAC) foi autor, mas pela natureza política desses delitos e pela persecução política da qual foi vítima na Itália. A carta oferece também a Battisti a possibilidade de refletir, criticamente e autocriticamente, sobre a dramática fase dos chamados “anos de chumbo” na Itália, a que ele define como “a degeneração de um 68 reprimido em sangue, que durou 15 anos”. Uma época da história que o governo italiano, por meio do tratamento ilegal e lesivo dos mais básicos direitos humanos ao qual somente o próprio Battisti, parece não saber ou querer ainda superar.

Iniciei, a partir de 2 de junho, uma greve de fome e médica” escreveu Cesare Battisti em um texto enviado através de sua filha ainda a ser traduzido.

* * *

Para começar, gostaria de avisar que os próximos pontos dizem respeito a algumas passagens importantes em minha história pessoal, podem não ser exaustivos, nem afirmam sê-lo. É apenas questão de responder, embora de forma fragmentada, às perguntas mais frequentes que me foram feitas até agora por aqueles que, apesar da intoxicação da mídia, não desistiram de querer entender o meu caso. Mesmo que estes dados possam ser apenas par-

ciais, a intenção é a de fornecer informações básicas que possam ajudar aos interessados a tirar suas próprias conclusões. Perdoe-me então, pela descontinuidade de uma edição sem pretensões de ser publicamente coerente. E em qualquer caso, dadas as circunstâncias, um discurso linear e profundo não seria possível para mim. Por esta razão, peço aos interessados para consultar meus escritos em Carmilla ou no meu último manuscrito que está sendo analisado atualmente por “Le Seuil” França.

É natural, mas também óbvio, começar da minha prisão na Itália. Durante meus 20 meses de isolamento prisional em Oristano, dos quais apenas 6 foram em um estado de semi-legalidade, alimentei a esperança de que mais cedo ou mais tarde a Instituição entenderia que não se pode punir ou vingar aplicando a um veterano dos anos 70 o status de prisioneiro de guerra de fato. Isso é o que sugere a privação de direitos estabelecida pelas leis nacionais e pelas regras do direito internacional. Em resposta a pedidos formais por motivos de tratamento desumano, citando medidas de segurança sem precedentes, que, além disso, têm sido aplicadas retroativamente há 41 anos, o Estado responde literalmente: “a documentação solicitada foi retida do seu direito de acesso”. Mas, então, nos perguntamos, qual é a possível defesa? Esta é a razão pela qual entrei em greve de fome em Oristano.

Em resposta, o Estado raivoso me transferiu para a pior prisão da Itália, me colocando à força na seção ISIS-AS2. Isso, apesar das ameaças recebidas no passado e no presente, proferidas pelas diferentes frentes jihadistas contra mim. Mas se Cesare Battisti foi designado pela Autoridade Judicial para a segurança média, não tendo o “impeditimento”³, o que ele está fazendo no AS2? Minha presença na seção ISIS implica em grandes dificuldades e pequenas margens de sobrevivência: sem nunca sair da cela para o banho de sol; limitando também a comida, já que são do ISIS os trabalhadores que a distribuem; objeto de ameaças através do portão da grade; privado de computador onde eu posso exercer a minha profissão; vigiado na frente e objeto de CED (medida disciplinar) a cada pequena reclamação; sujeito à censura, alegando suposta “atividade subversiva” (sic) e assim por diante, até ser impedido também no direito de defesa, estabelecido pelo artigo 24 da Constituição. Eu poderia encontrar meus familiares italianos, uma hora por semana quatro vezes por mês, mas, dada a distância do meu local de re-

3 No texto original é *ergastolo ostativo*, que poderia ser traduzido com “prisão perpétua hostil”. É a exceção à regra na medida em que não permite qualquer tipo de benefício ou recompensa para a pessoa condenada. A prisão perpétua hostil é infligida a indivíduos altamente perigosos que cometeram certos crimes (por exemplo, seqüestro com o propósito de extorsão ou associação mafiosa) e é o que é conhecido como o “fim da sentença nunca”.

sidência e a idade avançada dos meus irmãos, que varia de 70 a 80 anos, isso raramente acontece. Minha família que vive na França e no Brasil só posso contactá-la com chamadas de vídeo no meu celular uma vez por semana, mas então tenho que desistir das visitas presenciais. Desta forma, passo meses sem contato com meus filhos, para os quais tenho que pedir notícias por carta, quase sempre retidas pela censura porque estão escritas em uma língua estrangeira. Disseram-me até mesmo que meus filhos deveriam aprender a escrever em italiano para receber notícias de seu pai. Isso porque o censor tem dificuldade com o francês ou o português, que são as línguas maternas dos meus filhos. Esse é um tratamento desumano não só para qualquer prisioneiro, mas especialmente para alguém cujo último crime data de 41 anos atrás. E como se isso não fosse suficiente, o governo se compromete a manter um nível absurdo de periculosidade alimentando um processo de criminalização constante a ponto de poder justificar a apreensão do meu computador, onde eu estava completando um romance sobre o conflito em Rojava e o drama dos imigrantes. Apenas para se manter em sintonia com o ditame de reintegração na vida civil.

Vamos dar um passo atrás e chegar à minha fuga do Brasil. As autoridades italianas nunca aceitaram meu refúgio no Brasil. O Estado trabalhou com todas as suas forças, mas também com meios ilícitos como a corrupção e a oferta de privilégios políticos e econômicos, para obter a minha entrega fraudulenta a todo custo! O Brasil abriga uma gigantesca comunidade de origem italiana, equivalente a 35 milhões de cidadãos. Um país dentro do país! Esta importante parcela da sociedade brasileira, além de controlar alguns setores da economia, tem uma forte influência no aparato militar do brasileiro. Há numerosas figuras na ditadura de origem italiana, como o próprio Bolsonaro. Mas pouco importa se o ex-capitão Bolsonaro, que foi expulso do exército, se ele e seus acólitos são súditos inescrupulosos, se não claramente criminosos à frente de milícias sangrentas. A Itália, através da Embaixada, sempre manteve relações privilegiadas com os lobbies militares próximos a Bolsonaro. A ponto de empurrar as empresas ítalo-brasileiras a entrar ativamente na campanha presidencial de Bolsonaro. Em troca de tal amizade, Bolsonaro promete minha extradição. Embora a Constituição o impeça de fazê-lo – você não pode revogar um decreto após 5 anos de sua emissão – Bolsonaro mantém sua promessa. Ao comprar e vender influência na Suprema Corte Federal, é desavergonhadamente ignorada a Constituição e o estatuto de prescrição dos crimes atribuídos a mim, e em dezembro de 2018 é decretada a ordem de extradição.

O governo de esquerda cessante me garantiu contato direto com o presidente da Bolívia, Evo Morales, que pessoalmente permitiu que o fundador do MST, Juan Pedro Stedile, me recebesse na Bolívia com a concessão de refúgio político. Em uma operação combinada entre o PT (Partido dos Trabalhadores) brasileiro e o Mas (Movimento ao Socialismo) boliviano, fui transferido para Santa Cruz de la Sierra. Aqui fui entregue a um emissário do governo empregado direto do Chanceler. Enquanto esperava a papelada para refúgio, fui alojado em um Centro de Monitoramento: instalações pertencentes ao Ministério do Interior, que serviram de base para espionagem da oposição à Evo Morales! Uma dúzia de operadores de informática trabalharam lá, com os quais tive relações cordiais. De vez em quando chegava um alto funcionário do Estado, então eu tinha que ficar trancado no meu quarto no final do pátio. Tive imediatamente a impressão de que estava sendo observado a cada passo, não apenas por forças supostamente amigáveis. Quando a vigilância se tornou mais rigorosa, apontei para o Chefe de Governo que dirigia o centro, mas ele respondeu de forma evasiva. Quando eu tinha já a certeza de que tinha algo errado, fui pego a alguns passos do centro, enquanto ia às compras. De repente, todos aqueles a quem eu havia sido apresentado para a regularização do asilo tinham desaparecido.

Mesmo assim, eu não perdi as esperanças. Claramente pensei na traição de Evo Morales, mas ainda assim contava com as leis bolivianas que excluem a extradição por delitos políticos e, especialmente no meu caso, por estar prescrito de acordo com as leis bolivianas. Então, eu disse a mim mesmo, o pior que pode acontecer será cumprir algum tempo de prisão durante o processo de extradição. Em vez disso, eu deveria ter suspeitado que o que a Itália queria evitar era exatamente um julgamento regular. Os próprios policiais bolivianos da Interpol, alguns dos quais eu tinha encontrado no Centro de Monitoramento, pareciam bastante envergonhados com o que estava prestes a acontecer. Eles não tiveram dificuldade em me informar que ali tinha um monte italianos, brasileiros e agentes de outro país, que eles não queriam especificar. Eles me disseram claramente que minha pele estava sendo negociada e chamavam seus governantes de malandros. Entendi o que estavam falando na manhã seguinte. Quando uma equipe trajada de negro e com capuzes entrou e me levou para o aeroporto internacional de Santa Cruz de la Sierra.

Colocado e guardado em uma sala cujas janelas se viam da pista, eu estava observando as questões burocráticas entre um núcleo da Polícia Federal brasileira e alguns oficiais da Força Aérea Boliviana. A menos de 100 metros da pista, os motores do turbo propulsor da PF Brasil estavam aquecendo. Um

pouco mais tarde eu estava acompanhando o Delegado (Comissário) e sua equipe a bordo do avião brasileiro. Em algum momento, houve um tumulto. Eles me tiraram de lá e voltamos para a mesma sala. Aqui fui entregue à polícia boliviana, enquanto os agentes brasileiros saíam sem mim. Por um momento tinha a esperança que Evo Morales tivesse dado uma contra-ordem. Uma esperança fugaz, até a chegada de um grande grupo de pessoas com cores italianas no pescoço, que me levou ao avião oficial que nos esperava muito longe na pista de pouso. Eu até tentei resistir: “É um seqüestro”, gritei. A resposta foi desarmante: “e daí? Mas desta vez funcionou”. Na Bolívia, como no Brasil, as pessoas gritaram sobre o escândalo e o vergonhoso seqüestro permitido por Evo Morales. Houveram protestos e até mesmo manifestações. Obviamente, não houve nenhuma menção a isso na Itália. Ninguém esperava que Evo Morales, já desacreditado pela base de seu partido, fosse tão longe. Mas o mais surpreendente para a covardia foi a Vice-Presidente Linera, com seu passado, que desapareceu na última hora para evitar dar explicações aos amigos comuns.

Algumas pessoas se perguntaram com razão se esses procedimentos, que não são nada menos do que fraudulentos, não podem ser denunciadas às autoridades internacionais. A esse respeito, gostaria de informar que existem atualmente três procedimentos planejados contra os delitos acima mencionados, cometidos pelo Brasil, Bolívia e Itália. Respectivamente, o primeiro é um apelo à OEA e à ONU por um ato inconstitucional na anulação de um decreto presidencial de mais de 5 anos e a separação forçada da unidade familiar – o filho menor e a esposa que permanecem no Brasil -, o segundo é um apelo à ONU contra a Bolívia por sequestro e expulsão ilegal; o terceiro é um apelo à ONU contra a Itália por receptação ilícita; um apelo ao Tribunal Europeu por tratamento desumano na prisão. Mas um procedimento de petições internacionais leva muito tempo e é urgente para mim sair do inferno de Guantanamo Calabro: eu não tenho um impedimento, o que estou fazendo no AS2?

Me disseram que lendo “Indio”, meu último romance publicado na França, pode-se ver nas entrelinhas a intenção de lidar com o sistema de justiça italiano. Terminei o último rascunho do “Indio” quando ninguém acreditava seriamente que uma pessoa como Bolsonaro pudesse se tornar presidente. Isso quer dizer que algumas de minhas reflexões sobre o futuro incerto do eterno refugiado e perseguido são insuspeitas. A desinformação que nos últimos 15 anos me fez o monstro a ser abatido, impossibilitou qualquer tentativa de lançar luz sobre meu caminho político-militante primeiro, refugiado depois. Tiveram o cuidado de não divulgar minhas tentativas de reconcilia-

ção e pacificação com uma suposta nova realidade social na Itália. Eu acreditava que a democracia italiana tivesse amadurecido, que fosse capaz de encarar sua própria história com dignidade e consciência. Estou obviamente me referindo aos “anos de chumbo”, um capítulo dramático de nossa História relegado a uma zona de sombra e tabu, onde a revisão histórica é dominante.

Só para mencionar algumas tentativas de aproximação, a mais séria e formal foi enquanto eu estava na prisão em Brasília, durante o longo processo de extradição. Após algumas reuniões com o pessoal da Embaixada da Itália, onde fiz uma proposta de diálogo para o governo italiano. Foi num momento em que eu já estava certo de não ser extraditado. Propus-lhes que eu aceitaria voluntariamente a extradição se o Governo estivesse disposto a abrir um debate, com pessoal qualificado, para finalmente fazer uma avaliação histórica do período da luta armada, “a degeneração de um 68 reprimido em sangue, que durou 15 anos”. O pessoal da embaixada, ou seja, os espiões, prometeram informar, mas nunca mais apareceram. Enquanto isso, eu também tinha iniciado uma correspondência com Alberto Torreggiani – sabemos que ele foi ferido por seu próprio pai durante o ataque dos PAC (Proletários Armados para o Comunismo, NdT), no qual eu não participei. A correspondência com Alberto Torreggiani, que hoje ele nega por ordem do Estado, ou simplesmente influenciado por reacionários justicialistas, era parte de uma intenção mais articulada de aproximação com as famílias das vítimas dos PAC. Isso no quadro da criação de um clima favorável para retornar, sem ódio, às responsabilidades de todos os componentes do conflito e, quem sabe, finalmente virar aquela página maldita dos “anos de chumbo”. Infelizmente, esta tentativa também colidiu com a intolerância feroz de certos setores políticos e didáticos sempre prontos a alimentar o ódio por interesses partidários obscuros. Não se pode não assistir com desconfiança as pontuais declarações públicas dos parentes das vítimas (obviamente sempre falamos apenas de um lado da barricada) alguns dos quais provavelmente nem tinham nascido na época: 41 anos atrás! E porquê sempre culpar o Battisti, como se tivesse sido ele quem inventou a luta armada? Enquanto os fascistas sob as ordens de alguma instituição estão se divertindo e ninguém grita na rua? Ou será justamente para proteger os assassinos em massa que temos que queimar uma testemunha, para que a desinformação sobre esses anos seja totalmente efetiva.

A praga do Estado nos faz lembrar que devemos ficar calados. A pergunta que deveria ser feita por aquelas pessoas inconscientes que, com raiva nos olhos, exigem a execução para Cesare Battisti, deveria ser mais ou menos esta: “Por que até 2003 ninguém se importava com ele?” Quando Cesare Battisti ainda era apenas mais um entre as dezenas de refugiados italianos ao redor do mundo? Numa época em que ele publicava livros e artigos também

na Itália e recebia visitas de personalidades italianas ligadas ao mundo político, cultural e até institucional? O que aconteceu em determinado momento, de modo que de repente ele se tornou o “monstro”, a ponto de alimentar o ódio dos parentes das vítimas – que estava até então adormecido? – e da mídia malandra? É absurdo que nenhum desses justicialistas pense em se perguntar. No entanto, a resposta é simples: Battisti escreve, fala na televisão, dá entrevistas e debates na arena internacional, investiga o passado, é autocrítico, mas ao mesmo tempo denuncia uma guerra civil que o Estado desencadeou e combateu com bombas nas praças e uma repressão sem precedentes. E tem permanecido reticente com a História.

A luta armada na Itália não nasceu em alguma mente pervertida e não foi praticada por quatro desesperados. Ela surgiu de um grande movimento cultural e político que não podia suportar a opressão de um Estado corrupto e assassino. Um milhão de pessoas nas ruas e todos os cúmplices revolucionários. 6.000 pessoas condenadas; cerca de 60.000 denunciadas; mais de 100 grupos armados organizados; centenas os mortos, a maioria deles nas fileiras revolucionárias. Esse é o contexto social no qual os PAC nasceram. Não foi um partido armado, mas a expressão horizontal combatente da ampla frente de protesto, nas fábricas, no território e na educação nacional. Que seu ideal era comunista é claro pelo próprio nome (Proletários Armados pelo Comunismo), mas eles não tinham a intenção de invadir o Palácio de Inverno, nem de tomar o poder do Estado. Eram núcleos difusos e independentes que respondiam à sua maneira à injustiça desenfreada, à extrema direita que se armava em defesa dos privilégios do capital. Fortificados pela ideia de que o verdadeiro comunismo não poderia ser o expresso pela União Soviética, ao contrário, mas simplesmente aquele de uma sociedade futura inevitável, livre e igualitária, imaginada com extrema clareza no “Manifesto” de Marx e Engels. Apenas isso, sem mais sem menos. Que o momento histórico e o uso de armas tivesse sido correto ou não, os fatos e todos os militantes conscienciosos o disseram. Entre os quais eu me coloco em termos inequívocos. Pode-se admitir o erro, sem cair na indecência daqueles que se iludem de que podem compensar por tudo declarando seu arrependimento. Nunca uma palavra foi tão denegrida. Tenho demasiado respeito pela história e pelas vítimas que ela fez para pensar em me esconder atrás de uma camada de hipocrisia.

Pensava-se que a Itália tivesse superado certas fraquezas e estivesse pronta para enfrentar sua própria História. Em vez disso, 40 anos depois, através de suas mais altas representações, ainda oferece aos cidadãos o mesmo show ignóbil, com a presa arrastada entre a multidão enfurecida; os insultos dos caçadores que evocam a presa; os selfie dos ministros; a folia da televisão; Battisti na arena; desfrute agora Povo! Aqui estão as torturas sofridas, depois

de um sequestro triunfantemente reivindicado. A tal ponto que até o Tribunal de Cassação julgou mais ou menos nesses termos: “se a Bolívia cometeu um ilícito, não nos importa, eles nos deram Battisti e nós o levamos”. Nós o levaremos! Mas então vocês são uns traficantes! Mas não basta apreendê-lo e trazê-lo de volta para a prisão. Ele também deve ser tratado como um prisioneiro de guerra sem a proteção do estatuto. Não podemos legalmente dar-lhe 41 bis e impedimento? Não importa, nós os damos a ele de fato, mantendo-o isolado e impedindo-o de receber o tratamento que lhe permitiria ter acesso aos benefícios reservados a todos os presos. E se ele reclamar, nós o linchamos utilizando a mídia; nós o colocamos contra a vingança popular; aplicamos censura; lhe tiramos o seu computador para trabalhar; o colocamos na seção do ISIS onde ele será forçado a permanecer em isolamento voluntário. Aí está a tortura!

Chegamos agora à minha escolha pessoal de julgamento. Estava dizendo que há vários anos eu vinha cogitando uma solução decente para pôr fim a esta perseguição, onde as forças políticas italianas não poupavam meios coercitivos ou pressões. A propósito, devo salientar que minhas declarações de inocência – nunca dirigidas às autoridades, somente à mídia – apenas apareceram depois de 2004 na França, e isso para forçar o Estado italiano a admitir o uso desviante da Justiça nos julgamentos da luta armada. Antes disso, e depois, eu nunca havia negado minha filiação ao PAC, assumindo as responsabilidades políticas. A responsabilidade criminal deveria ter sido provada primeiro no tribunal, antes de emitir sentenças de prisão perpétua e esperar por confissões tardias. Portanto, deve ficar claro que os países que aceitaram meu pedido de refúgio nunca o fizeram, e não poderiam tê-lo feito, com base a uma suposta declaração de inocência – como falsamente declarado pelo oportunista Lula – mas exclusivamente por causa da natureza política do crime.

Pensei seriamente em uma solução coletiva dos nossos anos 70. O clima político na Itália não era o ideal, mas eu sabia da existência de personalidades e tendências dentro do mundo judiciário que, tendo lutado na linha de frente na guerra contra o “terrorismo” – como dizem hoje em dia – conheciam bem o assunto e não tinham interesse em recorrer à propaganda obscurantista para entender a realidade dos fatos. Certas pistas me disseram que estas pessoas, ou correntes de pensamento, ainda esperavam que um dia pudéssemos virar estas tristes páginas da história com dignidade e respeito pela memória nacional. Posso citar a este respeito o pensamento do magistrado emérito Giuliano Turone, juiz examinador do julgamento sobre os PAC, que em seu livro “O caso Battisti” afirma mais ou menos nestes termos: “Pa-

radoxalmente, aceitando suas responsabilidades políticas e penais, poderia ser apenas Cesare Battisti a tornar possível finalmente rever e encerrar este capítulo da história”. As palavras podem não ser as mesmas, mas o sentido é este. Movido por este sentimento, alimentado pela esperança de que 40 anos eram já muito tempo e que a democracia italiana tinha que ter amadurecido e que o Estado também era um administrador forte e responsável, decidi confiar na justiça e chamei o promotor de Milão. Aquela minha deposição em 23 de março de 2019 foi uma escolha dolorosa. Estava longe da Itália desde 1981, e meus contatos com o belpaese eram reduzidos a poucos membros da família e ao editor. Não podia imaginar que, além da histeria da mídia, eu ainda pudesse despertar a vingança do Estado. Com a enorme dificuldade de ter que voltar a um julgamento que havia sido arquivado por décadas, sem nenhum fato novo para contribuir, exceto pelas ressalvas agora impossíveis sobre minhas próprias responsabilidades. Não me restava nada para fazer a não ser tomar o pacote completo, porém, criminalmente, não teria peso. Diante da escolha de enfrentar um julgamento histórico, e eu não fui o único a acreditar nisso, que sentido teria em mergulhar no código penal 40 anos depois?

Fui condenado a duas penas perpétuas e seis meses de prisão solitária por ter sido considerado culpado de praticamente todos os crimes cometidos pelo PAC, incluindo quatro atentados mortais. Onde a minha presença física no local do crime não podia ser provada, fui considerado o instigador. Devo talvez ressaltar que em tal conflito, os instigadores não existem e, se existissem, teríamos que procurá-los entre o povo? Em qualquer caso, certamente não poderia ter sido eu.

Eu admiti tudo. Reiterei minha autocrítica pela escolha de ter participado da luta armada, porque foi política e humanamente desastrosa. Mas eu não o tinha dito mil vezes ao longo de todos estes anos? Não tinha nada a arrepender-me porque, errado ou não, não se pode mudar com uma visão a posteriori o significado de eventos historicamente definidos por um contexto social específico. Seria absurdo dizer que não poderia ter sido evitado, mas sei que o movimento revolucionário não se esquivou de assumir suas responsabilidades. Não podemos dizer o mesmo por parte do Estado. Também não tinha nada a pedir em troca de minha confissão. Não teria sido legalmente exigido e bastava para mim que tivesse sido aplicada a lei, como para qualquer outro condenado sem o terrível “impedimento”, para ter acesso a algum benefício futuro reservado a todos.

Em resumo, é como dizer, tudo bem, vocês ganharam e eu estou aqui para testemunhar os cantos de vitória imerecida. Mas, uma vez terminada

a festa, caro Estado democrático, vamos todos nos comprometer a reabilitar a história violada, enquanto eu cumprio minha sentença, de acordo com os termos das leis nacionais e das regras internacionais da humanidade como qualquer outro condenado? Pura ilusão. Depois de ter ostentado para o mundo inteiro o fruto de uma caçada suja, cantado uma vitória obtida por engano sobre o sangue das vítimas e a honra barrada da História, o Estado dos remendos não se contradiz e mostra sua verdadeira face. Ela se entrega aos bócios da força, cavalga a onda populista, sacrifica até mesmo a palavra das autoridades que a serviram, mesmo quando não a mereciam.

Este é o sentimento que me acompanhou de Oristano a Guantanamo Calabro, à mercê do ISIS e submetido a um tratamento digno de uma ditadura militar. Mas não perdi a esperança e estou certo de que a justiça e a verdade prevalecerão.

Nem CPI, Nem Eleições: Só o Povo Nas Ruas Vai Barrar o Genocídio

23 de junho de 2021

A pandemia segue matando mais de mil pessoas por dia no Brasil, na maior média diária do mundo. Sem qualquer plano no nível federal para vacinar e barrar o contágio, o saldo de mortes evitáveis continuará crescendo. Pessoas em todo país começam tomar novamente as ruas para enfrentar um governo tão ou mais perigoso que a pandemia. Além do vírus e da crise social que o acompanha, o governo e o congresso promovem ataques históricos às populações indígenas, ameaçando sua permanência em suas terras e entregando o que resta das florestas para a mineração e o agronegócio.

Enquanto isso, a oposição dentro do Senado lidera uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que busca comprovar se a negligência do governo federal foi elaborada intencionalmente para espalhar a Covid-19, com especial impacto mortífero sobre as pessoas pobres, negras e indígenas. A investigação encontra várias provas dessas práticas, além de revelar escândalos de corrupção na compra de vacinas. Com efeito, muita gente renova a esperança de que as “instituições funcionem” para punir os responsáveis por mais de meio milhão de mortes. Quem escolhe protestar nas ruas, encontra sindicatos e partidos da centro-esquerda tentando controlar e canalizar a revolta para lançar seus candidatos nas próximas eleições. Enquanto os nossos morrem, sabemos que não é possível esperar nem por punição nem por eleição.

As Instituições Estão Funcionando Normalmente – e Precisamos Pará-las

A democracia é sempre apresentada como a “antítese” da ditadura e/ou do fascismo. Alega-se que a divisão dos poderes serve de freios e contrapesos para regular o poder do chefe de Estado e de governo. Acredita-se que essa fórmula da democracia moderna é suficiente para impedir que ele faça apenas o que bem entende sem limites ou consequências em caso de abuso de

autoridade. Mas não é isso o que vemos na prática, especialmente nas Américas, onde praticamente todos os países foram fundados sobre a escravidão negra e o etnocídio indígena. As investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito podem oferecer uma esperança, mas não podemos nos dar ao luxo de confiar nos ritos democráticos.

Tomemos um exemplo recente da chamada “maior democracia do mundo”: Donald Trump saiu ileso de dois processos de Impeachment, em 2020 e em 2021. Em ambos obteve a maioria dos votos no parlamento dos Estados Unidos mesmo após cometer crimes explícitos e bem documentados – como chantagear o presidente da Ucrânia para interferir nas eleições americanas e incentivar seus apoiadores a invadir o Capitólio em janeiro de 2021 com símbolos neonazistas para atacar congressistas e tentar vingar sua derrota nas urnas.

Durante as investigações de crimes eleitorais em 2019 e o primeiro processo de Impeachment de Trump em 2020, parte da população renovou sua confiança de que as instituições e a lei cumpririam a promessa de punir o presidente Trump por seus “desvios”. Os protestos que marcaram o governo desde a sua posse foram dando lugar à promessa de que as autoridades resolveriam o problema. Foi somente após o assassinato de George Floyd pela polícia em maio de 2020, que as ruas tornaram a ser o principal palco da ação popular. Uma onda de levantes iniciada em Minneapolis varreu 200 cidades no país, queimando delegacias e centenas de viaturas, ocupando praças e prédios e expulsando a polícia de vizinhanças inteiras.

Figuras proeminentes do partido Democrata acusaram os movimentos insurgentes da rebelião de George Floyd de assustarem o eleitorado, de serem a imagem de “inimigo interno” perfeita para Trump se projetar nas urnas como solução para o caos político e para a crise sanitária – ambos ampliados por ele mesmo e pelas políticas que ele representa. Mas os eventos demonstraram que a população se identificava com os protestos combativos contra a violência e o racismo policial e, como resultado, a popularidade de Trump despencou.

Como afirmou o coletivo CrimethIn. nos EUA antes da eleição,

“Na verdade, se estudarmos as pesquisas ao longo de 2020, Biden consolidou sua liderança depois que a Rebelião George Floyd começou no final de maio; Trump só começou a recuperar terreno quando os protestos cessaram. Se Trump perder esta eleição e deixar de manter o poder por outros meios, muito do crédito deve ir para os rebeldes por forçarem parte da classe dominante a mudar de lado

e apoiar Biden, mostrando que mais quatro anos de Trump podem tornar aos Estados Unidos ingovernável.”⁴

Deixar claro que não haveria paz sob o governo de Trump foi uma forma de dizer que se aliar a ele é desgastar a própria imagem e uma grande quantidade de energia para manter legitimidade e controlar a rebelião. A semelhança entre a esquerda liberal, a direita conservadora e os ricos de toda espécie é que ambos preferem a paz para governar e manter as instituições e os negócios funcionando.

Não foram as instituições democráticas, e sim a coragem das pessoas enfrentando a polícia e milícias supremacistas brancos nas ruas que deixou Trump isolado, contribuiu para a queda da sua popularidade e perda de votos – algo que nenhuma investigação ou Impeachment conseguiu. Se a maior parte das pessoas tivessem aceitado não ir para as manifestações e deixar as poucas pessoas que foram lutarem sozinhas, isoladas, para serem reprimidas, a extrema-direita poderia ter se sobressaído e ganhado ainda mais confiança ocupando essas ruas ao lado das forças policiais. Ambas teriam mais legitimidade e o controle da situação para ajudar Trump a dominar o debate público e vencer a eleição.

Sem a revolta popular demolindo a imagem do governo, esses apoiadores dentro das elites ainda tentariam apoiar um segundo mandato de Donald Trump – mesmo após sua gestão catastrófica da pandemia e a tentativa de invasão do Capitólio por seus apoiadores.

Imitando as trapagens do magnata americano, Bolsonaro e sua corte miliciana prometem contestar o resultado das eleições em 2022 e já está há tempos aparelhando as instituições com mais de 6 mil militares da ativa, muitos deles generais, em altos cargos civis do governo – mais do que a própria Ditadura Civil-Militar de 1964-1985 – e comprando o apoio das polícias militares com prestígio, impunidade para crimes cometidos em serviço e crédito para compra de imóveis. Sem falar de sua campanha permanente para armar cidadãos alinhados à sua ideologia patriarcal e autoritária que já dobrou o número de armas em circulação no país. Carreatas e desfiles de motos caras complementam seu espetáculo performando uma imagem de apoio popular e ameaça à oposição no estilo gangue de macho branco ressentido.

Para entender onde Trump e Bolsonaro se encaixam na política de nossa época, devemos considerar que eles não são a morte das democracias, são sua face mais pura e sem pudores expondo os mesmos elementos policiais, securitários, racistas, genocidas, prisionais e patriarcais que governos demo-

4 <https://cwc.im/CivilWar2020>

cráticos compartilham com os regimes fascistas históricos. Para executarem seus planos autoritários e colocar a vida de milhões de pessoas em risco ainda maior, basta conquistar a maioria dos votos populares e apoio no parlamento para agir com legitimidade e total impunidade. No caso brasileiro, isso é ainda mais explícito uma vez que não houve justiça de transição nem qualquer forma de responsabilização aos militares pelas perseguições, prisões, torturas, desaparecimentos e mortes que praticaram ao longo da última ditadura⁵. Hoje, Bolsonaro é apenas o maior representante do mesmo projeto ou “partido militar” que nunca deixou de controlar a República, desde sua fundação em 1889.

Sempre foi evidente, antes mesmo da vitória eleitoral, que Bolsonaro representava um projeto violento que custaria a liberdade e a vida das populações pobres e excluídas. Mas não imaginávamos as dimensões que uma pandemia adicionaria a essa tragédia. A Covid-19 se tornou uma verdadeira arma biológica na matança de pobres e não-brancos se aliando e ampliando o morticínio policial cotidiano. Com 2,7% da população mundial, Brasil já contabiliza 13% das mortes por Covid-19 no mundo. Nessa ofensiva, povos indígenas enfrentam não só a pandemia, mas incêndios na Amazônia, no Pantanal, o avanço do agronegócio, mineração ilegal e extração de madeira sem regulação ou qualquer consequência legal. Pelo contrário, legisladores estão determinados a entregar reservas indígenas ao latifúndio e ao extrativismo em nome do crescimento do PIB, como abordaremos adiante.

Seu plano de extermínio ceifou mais de meio milhão de vidas com o pretexto de “salvar a economia” jogando as pessoas no trabalho, nas escolas e nos transportes lotados para se contaminarem com a Covid-19. Até agora, esse plano nada secreto de disseminação do vírus, comprovado e descrito pelo estudo de diversas instituições de pesquisa, ganhou alguma materialidade e testemunhos bem embasados durante os inquéritos da CPI, que apurou também que ao menos 400 mil mortes teriam sido evitadas se o básico tivesse sido feito para promover a prevenção.

Além disso, ficaram evidentes a censura de estudos que atestam o impacto desproporcional da Covid-19 sobre população negra e indígena, demissão ou silenciamento de servidores que se comprometem em aplicar as recomendações sanitárias que funcionaram em todo o mundo (uso de máscara, testagem, isolamento), uma campanha de boicote à vacinação e em favor da “imunidade de rebanho” aliado ao uso de remédios ineficazes contra o vírus e, mais recentemente, o atraso deliberado na compra de vacinas efica-

5 Ironicamente, em 2021 houve a primeira condenação criminal de um membro repressão da Ditadura Civil-Militar, 36 anos após seu fim. Um delegado foi condenado a 2 anos no regime semi-aberto por sequestro e cárcere privado.

zes para poder comprar vacinas superfaturadas por intermédio de paraísos fiscais, evidenciando que a corrupção está muito bem articulada com o negacionismo científico.

A CPI trouxe também declarações e comparações com o Holocausto em mais de um momento. Primeiro quando parlamentares compararam a busca por responsáveis pelas mortes na pandemia com o julgamento de Adolf Eichmann, oficial nazista responsável pela logística dos campos de concentração de Hitler. Em outros casos, trazendo a imagem da cidade de Manaus durante a crise de falta de oxigênio no estado do Amazonas, quando centenas de pessoas morreram sufocadas em hospitais sem ter atendimento em casos graves de Covid-19, os mortos eram enterrados em valas comuns e vieram as acusações de que a cidade foi usada como “campo de teste” para uso em massa de medicamentos ineficazes, como a cloroquina. Exagero ou não, o cenário é terrível o bastante para trazer tais paralelos no debate público.

Com esse peso trágico, a investigação no Senado atrai a atenção de quem não quer “apenas esperar 2022” e torce pelos possíveis resultados da CPI da Covid-19, assim como grande parte dos estadunidenses aguardaram em vão uma condenação de Trump ou um Impeachment. Mas o projeto colonial, patriarcal e genocida brasileiro segue mais vivo do que nunca enquanto o mesmo Congresso que investiga a gestão Bolsonaro não faz nada para barrar as leis que viabilizam seu projeto de destruição dos biomas e dos povos.

Rebeliões de um Novo Junho

Desde 29 de Maio e ao longo de Junho e Julho de 2021, movimentos sociais e centrais sindicais convocaram atos nacionais para protestar contra o governo de Jair Bolsonaro. Os protestos levaram dezenas de milhares de pessoas às ruas nas maiores capitais. Muitas pessoas compareceram carregando o nome e a foto de entes que perderam na pandemia. Blocos autônomos, formados por anarquistas, indígenas, torcidas organizadas e antifascistas em geral tomaram espaço em muitas cidades. Alguns foram mais combativos, com barricadas, pixações e ataque à propriedade dos ricos e do Estado. Aos poucos, o luto e a revolta por todas as mortes evitáveis, pela miséria e pela violência que se aprofundam vão tomando espaço.

Alguns movimentos sociais sob a hegemonia dos partidos de centro-esquerda ressoam a perigosa ideia de que somente nas eleições de 2022 poderemos nos livrar de Bolsonaro e seu governo. Lula se tornou novamente elegível após ter suas condenações anuladas por falta de provas e é apresentado como favorito nas pesquisas eleitorais para ser o novo/velho salvador

da pátria. Após o grande ato de 29 de Maio, com forte repressão policial contra um ato pacífico em Recife, e os protestos de 19 de Junho, marcado por confrontos em São Paulo, tais organizações convocaram um novo ato apenas para 24 de Julho, mais de um mês depois.

No entanto, escândalos de corrupção envolvendo membros do governo federal comprando de vacinas superfaturadas, deram um tom de “urgência” aos atos, que foram marcados às pressas para o início de julho. Dessa forma, muitas renovaram suas esperanças nas instituições, como nas investigações durante o governo Trump nos EUA. Como reflexo, vimos as centrais sindicais, partidos e movimentos da esquerda tentando centralizar o controle e as decisões sobre quando serão os atos de rua.

Muitas pessoas, coletivos e movimentos autônomos criticaram a explícita tentativa de adiar os atos para amortecer a radicalização que começava a surgir e domesticar a revolta para não comprometer sua agenda e seus interesses eleitorais – sempre um dos riscos de depender da centralização dentro dos movimentos luta. Quando as centrais sindicais e partidos decidem que é razoável esperar mais de um mês para o próximo ato e protesto pelas centenas de milhares de mortes evitáveis para, em seguida, decidir adiantá-los quando veio à tona um escândalo de corrupção, elas estão se somando o moralismo que ergueu a extrema direita ao afirmar: a morte em massa é parte do nosso cotidiano, mas a corrupção não, essa é intolerável!

Se queremos derrubar governantes, temos que fazer isso por nossas mãos. Mesmo que o contexto nos leve apenas a conseguir meias vitórias, como um Impeachment ou a derrota eleitoral de Bolsonaro, dificilmente isso acontecerá sem as ruas em chamas. E isso implica enfrentar práticas centralizadoras e legalistas em meio a nossos próprios movimentos e exige abandonar os desejos de governar a revolta. Quando alguém tenta centralizar a influência sobre os movimentos e monopolizar o discurso de legitimidade para então distribuí-la de forma desigual entre quem parte para ação, o próximo passo é sempre a repressão policial.

Da Centralização à Polícia da Paz

Muitos movimentos sociais no Brasil dizem se inspirar na radicalidade das lutas recentes na Colômbia, nos Estados Unidos e no Chile, mesmo que para arrancar avanços pontuais – como foi o caso da nova constituição chilena ou da luta do povo colombiano para barrar a reforma tributária de Iván Duque. Mas parece que devemos sempre lembrá-los que tamanha força social só é possível respeitando e promovendo a diversidade de ações nas ruas e em cada

tipo de organização. Não é deve ser aceitável criminalizar ou tentar disputar legitimidade reproduzindo o que diz a lei burguesa e sua polícia.

Assim como fazem petistas em seus delírios sobre os levantes de 2013 no Brasil, ou democratas e liberais nos EUA em 2020, a esquerda reformista e a mídia voltam a difundir boatos de que a revolta popular é sempre fruto de “infiltrados” – a nova figura mítica temida por quem não tem intimidade com as ruas e teme a revolta mais do que teme a polícia. Para tanto, além de romper de vez com a narrativa que culpa quem se rebela pela repressão, é preciso eliminar do debate público a noção de que não ir para as ruas e ficar em casa, depois de nos aglomerar no trabalho e no transporte público, é o que vai nos manter a salvo em meio a uma pandemia governada por uma extrema direita sem qualquer pudor de deixar nítido uma política genocida.

Dia 19 de junho em São Paulo, um dos primeiros atos mais combativos, ficou marcado por revelar as consequências das inclinações centralizadoras dentro dos movimentos sociais de massa que aceitam ser base eleitoral e conduzem a práticas policiais. Membros do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, de onde saiu Guilherme Boulos, candidato a presidência e à prefeitura de São Paulo) atacaram fisicamente um bloco autônomo de luta que incluía indígenas, sindicatos, indivíduos e coletivos anarquistas. Membros do MTST tentavam desfazer barricadas na avenida e denunciar pessoas para a polícia – repetindo os feitos de 2014 quando desmascararam e entregaram pessoas em um black bloc para polícia.

Tal episódio foi condenado por grande parte dos movimentos negros, indígenas e libertários. O MTST é um dos maiores movimentos do país e não é justo julgar todos os indivíduos que compõe, sendo muitos deles também indígenas e negros. Dinâmica semelhante se repetiu nos protestos de 13 de julho no Rio de Janeiro, quando membros de um partido stalinista tentaram tomar a frente do ato expulsando o bloco autônomo formado também por indígenas e anarquistas.

A tentativa de abafar organizações autônomas, não partidárias, indígenas e libertárias dentro da esquerda nas ruas mostra os riscos das práticas e métodos centralizadores e hierarquizados aplicados às dinâmicas de rua. Se blocos ou pessoas agindo autonomamente e expressando sua revolta pela perda dos mortos e pela miséria dos vivos incomodam não só a polícia, mas quem marcha ao nosso lado, então é mais provável que os movimentos abortarão qualquer rebelião muito antes que a própria polícia o faça. A disposição dos que optaram por atacar as barricadas e o protagonismo indígena e a ação de grupos autônomos, e o total silêncio de suas lideranças sobre os ocorridos apenas expõe uma faceta autoritária de parte da esquerda que aceita a revolta apenas se puder controlá-la. Fazer pressão nas ruas e causar transtorno

para governantes não é tanto uma prioridade quando se quer apenas uma revolta simbólica voltada para a única forma de transformação social vista como legítima: a das urnas.

O Levante é Pela Terra

Desde o início de junho de 2021, indígenas de ao menos 25 etnias se reúnem em Brasília para protestar contra o Projeto de Lei 490/ 2007 que entrega seus territórios para a exploração econômica predatória e inviabiliza a demarcação de novas terras e incentiva a evangelização dos povos que escolheram viver isolados dos brancos e da cidade. Para ter direito às suas terras, indígenas precisam comprovar a sua posse até o dia que foi promulgada a Constituição Federal de 1988, ao fim da Ditadura Civil-Militar. Um dos maiores ataques aos povos indígenas nesse governo, mas que tem raízes nos governos anteriores e avançou bastante com o PT no poder. O projeto foi redigido em 2007 mas encarna as ambições coloniais de um país fundado sobre a conquista e extermínio indígena, que quer reverter direitos conquistados e apagar a diversidade étnica e cultural dos povos que habitam essas terras muito antes da invasão europeia. É também um avanço rumo ao “ponto de não retorno” de devastação na Amazônia, maior floresta tropical do mundo que, em 2020, teve o maior desmatamento da década e pode não se recuperar totalmente dos impactos atuais.



*“Kretã Kaingang com colar de cápsulas
de gás lacrimogêneo jogadas contra os
indígenas protestando em Brasília, dia 23 de
junho de 2021.*

No primeiro dia de protesto, 8 de junho, cerca de 800 indígenas protestavam para pressionar Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Deputados que aprovaria ou não a PL/490. Na porta da FUNAI, a polícia atacou com bombas e bala de borracha os indígenas quando estes apenas se reuniam e cantavam músicas tradicionais.

No dia 22, dia da votação da lei, a polícia atacou novamente indígenas na porta da Câmara dos Deputados, que revidaram com flechadas e acertaram dois policiais. O confronto adiou a votação para o dia 23, quando foi aprovada pela maioria dos deputados. Os acampamentos em Brasília continuam e já contam com quase 2 mil indígenas de 52 etnias.

Os indígenas que permaneceram em seus territórios organizaram ações solidárias junto a outros movimentos autônomos para apoiar e repercutir a luta em Brasília. Bloqueios de rodovias com pneus e fogo foram organizados no dia 25 de junho em São Paulo, por Guaranis da Terra Indígenas do Jaraguá, e no dia 28, Guajajaras, Puris, Xoklengs bloquearam uma avenida no Rio de Janeiro. O mais famoso foi, provavelmente, o bloqueio organizado pelos Pataxós no sul da Bahia no próprio dia 22, bloqueando a rodovia BR101 aos cantos de “Vamos cantar, dançar o catimbó, pra trazer o bolso-naro amarrado no cipó”.

Mais resistência é esperada em agosto para derrubar a PL/490 na Justiça. Porém, fica a lição da articulação indígena que adiou a votação na Câmara e no STF, chamando atenção e solidariedade pelo país e pelo mundo: quando parte dos movimentos sociais urbanos se destaca por desfazer e atacar quem ergue barricadas ou organiza a autodefesa, se distanciando destes para favorecer a repressão, as lutas indígenas provam que ações diretas combativas e a solidariedade entres os diversos povos e movimentos são parte fundamental da luta contra um governo e um estado genocidas.

Nenhuma Paz Pode nos Proteger

Historicamente, movimentos fascistas como o Integralismo foram barrados pela ação direta, muitas vezes violenta, como no episódio que ficou conhecido como Batalha da Praça da Sé em 1934. Nela, anarquistas, socialistas e comunistas acabaram com um encontro Integralista no centro de São Paulo, roubaram uma metralhadora da polícia e dispersaram violentamente os fascistas, sepultando seu movimento pelas décadas que se seguiram.

Em 2020, protestos no Brasil se deram conta de que era preciso agir diretamente e começaram com chamados das torcidas organizadas e grupos antifascistas barrando atos da direita nas ruas e, posteriormente, denunciando

do o racismo e a violência policial – o que ganhou fôlego e inspiração com onda de protestos nos EUA. Muitos movimentos e personalidades políticas e artísticas disseram que não se juntariam aos atos e recomendaram que muitos não fossem, alegando que isso “ofereceria ao governo Bolsonaro o pretexto para uma repressão ainda maior” ou até mesmo para “um golpe” (ou auto-golpe). Como vimos durante os levantes por George Floyd, essa narrativa é falha e reacionária em si, pois coloca a responsabilidade da repressão na revolta dos oprimidos. Como se a resposta para um momento de crise e escalada autoritária fosse ainda mais passividade e submissão. Como se baixar a cabeça fosse uma estratégia válida, legítima ou efetiva para enfrentar déspotas como Bolsonaro ou Trump. Algo sem qualquer correspondência na história ou na atualidade.

Para dar fim a um governo, devemos confiar no poder da revolta popular nas ruas para conseguir isso, seja diretamente, seja como vimos nos EUA, destruindo a imagem e o apoio político e econômico de seus líderes, ameaçando a tranquilidade e os negócios de seus aliados, seja como no Chile e na Colômbia, massificando a revolta e tornando-a incontrolável, tanto para a polícia quanto para os movimentos partidários e governistas. Não devemos nos iludir, é claro, com vitórias parciais. Uma nova constituição chilena ou uma reforma policial nos EUA não são nossos objetivos revolucionários de longo prazo e, pelo contrário, podem colocar novas limitações a esses objetivos. Ainda assim, está óbvio que não conseguiremos nem mesmo uma vitória parcial, como a queda imediata de Bolsonaro, se as forças que tentam controlar, pacificar e criminalizar a revolta surgem e crescem dentro dos movimentos sociais do nosso lado das barricadas.

Se queremos a revolta popular massificada nas ruas, temos a certeza de que nem todas as pessoas participando serão parte de uma organização formal – e nem precisam ser para se juntar aos protestos. Nem toda forma de ação é prevista e planejada pelos movimentos sociais. Da Primavera Árabe aos levantes por George Floyd nos EUA, dos protestos contra Lei de Exatidão em Hong Kong aos levantes contra o neoliberalismo no Chile, vários exemplos comprovam essa tese. E nem por isso tais agitações deixam de ser uma expressão legítima da revolta dos povos. Em vez de questionar a “organização” ou a “legitimidade” por trás das ações de pessoas ou grupos dispostos tomar a cidade, atacar a propriedade e se defender da polícia nas ruas, devemos nos perguntar como apoiar e oferecer ferramentas para que essa revolta se torne uma força revolucionária ainda mais perigosa para essa ordem social assassina, e ainda mais efetiva em construir alternativas duradouras.

Quanto aos perigos das ações combativas nas ruas, lembramos que no dia 29 de Maio a polícia do Recife não precisou de pretexto algum para atacar um protesto pacífico e cegar duas pessoas que nem participavam do ato. Se um bloco organizado estivesse presente para proteger manifestantes com escudos e capacidade para revidar e afastar a tropa de choque, como fazem com sucesso as linhas de frente no Chile e em Hong Kong, a presença de idosos, famílias ou pessoas com mobilidade reduzidas não seria uma justificativa para promover o pacifismo e apanhar gratuitamente da polícia. No “relógio revolucionário” dos que buscam centralização, controle e pacificação, nunca é hora de erguer barricadas e contra-atacar. Porém quando o fascismo está florescendo e tomando tanto as ruas quanto as instituições, é sinal de que nosso relógio está atrasado e já passou da hora de agir.

Combater e desarticular o fascismo envolve impedir seus eventos de acontecerem, bloquear suas marchas e carreatas para que não ocupem as ruas recrutando mais membros, dismantelar as estratégias para difundir suas ideologias e mentiras. Os atos de junho e julho mostram que milhares de pessoas estão dispostas a ocupar as ruas e impor consequências para os ricos e poderosos. Povos indígenas se articulam contra o governo mais nocivo para sua sobrevivência em décadas e mostram disposição para uma aliança popular e radicalizada.

O que beneficia um governo autoritário não são as ações radicais e combativas nas ruas, mas a falta delas. É também saber que a própria esquerda acha que a revolta popular só pode ser ação de “elementos infiltrados”. Dividindo manifestantes entre legais e ilegais, legítimos ou ilegítimos. Cavando uma divisão e agindo como polícia de si mesmo, a ala legalista da esquerda poupa dois dos principais trabalhos da repressão.

Lutar Será Crime

Nosso sistema penal já é uma máquina de moer vidas e toda prisão deve ser considerada uma questão política. A repressão durante o governo Bolsonaro, porém, vem reafirmando a perseguição ideológica de opositores. Dia 18 de março, em Brasília, Rodrigo Pilha, militante do PT, foi preso pela Polícia Federal por carregar uma faixa escrito “Bolsonaro Genocida” e só foi liberado mais de 100 dias depois ao iniciar uma greve de fome denunciando isolamento, torturas e ainda estar preso mesmo depois de ter direito ao regime semiaberto. Ele e mais quatro companheiros serão processados sob a Lei de Segurança Nacional, entulho jurídico dos tempos da Ditadura. Em São Paulo, nos protestos do dia 3 de julho, o jovem Matheus Machado foi

preso arbitrariamente e levado para um presídio por 10 dias depois de achar no chão um capacete policial. Acusado de furtar o item, Matheus também seguirá respondendo em liberdade. Ambos só estão em casa depois de muita pressão popular e nas redes. O uso desses dispositivos legais para enquadrar manifestantes e militantes não é novo e foi usado em 2013 no governo Dilma. Porém, vemos um avanço e um estímulo explícito à perseguição policial e à criação de leis ainda mais duras, como o projeto de lei escrito pelo próprio Bolsonaro, quando ainda deputado em 2016, inspirada no Patriotic Act – absurdo decreto do governo de George W. Bush nos EUA após o 11 de setembro. Outro projeto em curso, a PL272, ataca diretamente a movimentos sociais, considerando crime até mesmo greves, protestos e pequenos atos de vandalismo (já tipificados como dano a propriedade), introduzindo trechos vetados pela Lei Antiterrorismo assinada por Dilma Rousseff e seu governo petista logo antes de sua queda em 2016.

É inegável a relação simbiótica e de fundação do moderno projeto de democracia capitalista brasileiro com o que há de mais sombrio de sua herança colonial, escravocrata, aristocrática e ditatorial. Nas leis, na polícia e na política vivemos o resultado dessa história não superada. Especialmente quando muitos dos agentes militares e seus discípulos da época da Ditadura Civil-Militar ainda mantêm seus poderes, privilégios e a noção de que podem fazer o que quiserem sem consequências.

As intenções golpistas do presidente são óbvias e muito anteriores ao seu governo. Suas ameaças serão um risco ainda maior se souber que não haverá resistência. Como ele mesmo alegou, são os militares é que “decidem se o povo vai viver numa democracia ou numa ditadura”. Se até o governo Dilma os líderes militares não costumavam opinar frequentemente sobre a política e se diziam “estarem totalmente comprometidos com a democracia”, hoje é rotina declarações que se somam ao tensionamento e às ameaças de Bolsonaro. O chefe da Aeronáutica reagiu às investigações da CPI que apontam para a corrupção de militares ligados ao governo dizendo que “homem armado não ameaça” – o que em si já é uma ameaça.

Nesse cenário, militantes bolsonaristas organizando atos, carreatas e passeios de moto, policiais milicianos aparelhados e os militares controlando a maior parte do poder Executivo representam uma ofensiva autoritária que vai da rua ao topo das forças de segurança e do governo. O atual aparelhamento das polícias militares, até então controladas a nível estadual, e o precedente de golpe orquestrado pelas polícias na Bolívia em 2019 não contribuem para perspectivas otimistas.

Se perdermos a chance de ir para as ruas desmoralizar o governo Bolsonaro e desarticular seus apoiadores – como os povos têm feito de norte a sul do continente –, para apenas esperar uma simples vitória nas urnas em 2022 ou uma condenação após a CPI, corremos o risco de duplicar o saldo de mortes pela pandemia, aprofundar a crise social e securitária, o genocídio de negros e indígenas e ainda ter que enfrentar uma base fascista mais consolidada do que nunca nas ruas num futuro próximo. Por isso, o melhor momento para agir e barrar o fascismo é sempre agora. E a melhor forma é sempre diretamente. Não podemos esperar que o parlamento que aprova os projetos desse governo ou as mesmas elites político-econômicas que abriram as portas para o militarismo protofascista de Bolsonaro sejam aliados em nossa luta para derrubá-lo. Restaurar a política democrática-liberal não é eliminar o fascismo, é apenas voltar com ele para a caserna de onde será recrutado novamente assim que avanços sociais, mesmo que mínimos, ou revoltas populares abalarem o sono dos poderosos.

Quando ocupamos as ruas massivamente, aprendendo com nossos erros e acertos, compartilhando ferramentas para a resistência e a autodefesa, avançamos muito mais numa construção revolucionária do que quando esperamos que líderes e burocratas façam o serviço em nosso lugar. O governo cumpre seu papel assassino, as forças políticas que disputam o governo querem pacificar as ruas. Só a revolta pode introduzir um elemento novo, provocar o ingovernável e fazer emergir o mundo novo que trazemos em nossos corações. Se governo é a morte, a fome e a destruição com a política que é a programação racional desses atos, sejamos a revolta ingovernável que afirma a vida e não teme a ruína, pois tudo que aí está foi construído por nós, faremos melhor sem o governo atrapalhando. Mais do que nunca, devemos bradar, nem ditadura, nem democracia, anarquia!

Sejamos quem constrói as barricadas nas ruas para enfrentar o fascismo, não as mãos pacificadoras que as desfazem.



Como Enterrar o Antifascismo: dos Acordos com a Polícia à Criminalização do Ingovernável

23 de junho de 2021

Dia 21 de julho, ocorreu uma em São Paulo uma reunião de diversos movimentos sociais e partidos ditos de oposição com órgãos públicos e as forças policiais. Os grupos presentes foram: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido dos Trabalhadores Socialistas Unificados (PSTU), União Nacional dos Estudantes (UNE), Bengalas Voadoras, CSP Conlutas, União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) e Partido da Causa Operária (PCO).

A ata do encontro foi postada dias antes do ato na internet por um militante do PCO. Esse registro oficial permite destacar alguns aspectos extremamente relevantes para situarmos a presente criminalização de grupos anarquistas, autonomistas e/ou adeptos de ações diretas e diversidade de táticas nas manifestações de rua. Um processo histórico de criminalização e perseguição política que se intensificou depois das manifestações de junho de 2013 e se tornou o complemento macabro e securitário ao espetáculo jurídico-midiático, com ostensiva participação das redes sociais digitais, que se tornou a política na última década.

O primeiro aspecto diz respeito à jurisprudência gerada por reuniões anteriores visando evitar confrontos entre fascistas e antifascistas, em 2020. Momento no qual as torcidas antifascistas decidiram confrontar os eventos bolsonaristas que passaram a ser semanais na Avenida Paulista. Essa barganha foi capitaneado por Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) e figura importante da Frente Povo Sem Medo. A liderança negociou um acordo com a Polícia Militar do estado de São Paulo que consistia em um revezamento, com os fascistas, dos protestos ocorridos na citada avenida. Isso, na visão de muitas pessoas, não apenas enfraqueceu a luta antifascista como teve efeito de arrefecimento da movimentação que parecia ter um enorme potencial para enfrentar o bolsonarismo na rua e barrar o fascismo.



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR METROPOLITANO

ATA DE REUNIÃO Nº 11BPMM -- 037/03/21

Data: 21/7/21 **Início:** 10h **Término:** 12h55 **Local:** Sede do CPA/M-1

Assunto: Manifestação Pública prevista para 24/7/21, na Avenida Paulista.

Desenvolvimento:

1. Foram convidados pelo 11º BPM/M, por *e-mail*, para a presente reunião, os seguintes órgãos e entidades de apoio: CET, Defensoria Pública, Metrô, Ouvidoria da Polícia, OAB, SPTrans, Secretaria Municipal de Segurança Urbana/GCM, Subprefeitura da Sé, AMLURB, Via Quatro. Compareceram todos;
2. Foram convidadas, também pelo mesmo remetente e por *e-mail*, as lideranças dos movimentos sociais que protocolizaram notificações. Compareceram UNE, PCB, PSDB, UMES, CSP, Bengalas Voadoras e PCO;

3.5. **Decisão Judicial da 14ª Vara de Fazenda Pública** (Processo Digital nº 1000553-30.2020.8.26.0228), de 19JUN20: “[...] como é cediço, garantias constitucionais não são absolutas e, quando em conflito com outros direitos e interesses também albergados pela Constituição Federal, devem submeter-se a juízo de ponderação a fim de que se alcance no caso concreto solução que melhor concilie os interesses em conflito”. “[...] há relevantes indícios de que a ocorrência de manifestações simultâneas nos limites da Avenida Paulista muito provavelmente redundará nos conflitos entre diferentes grupos de manifestantes e na reprodução dos atos de violência e de depredação outrora ocorridos”. Os movimentos devem se abster de promover manifestações simultâneas na Avenida Paulista, sob pena de multa de R\$ 200.000,00 por pessoa jurídica identificada na articulação do descumprimento desta ordem e de R\$ 1.000,00 por pessoa física identificada infringindo esta determinação (e R\$ 5.000,00 por pessoa física que, estando presente no local ou não, for líder, representante ou dirigente de movimento participante do protesto), sem prejuízo da apuração de crime de desobediência neste último caso. Esta proibição aplica-se a todos os dias. Em finais-de-semana subsequentes, haverá inversão (movimentos de oposição na Avenida Paulista e os de situação, em local diverso, vedada qualquer caminhada em direção à Avenida Paulista, e desde que deem prévio aviso à Polícia Militar do Estado de São Paulo. Os movimentos organizadores não poderão alegar ignorância ou falta de cientificação. No dia 16OUT20, houve complemento “A liminar foi dada para evitar confrontos. Visa a impedir manifestações simultâneas no mesmo espaço de movimentos ideologicamente opostos. Não visa impedir manifestações em absoluto. Se não houver agendamento ou comunicação de outra reunião ou manifestação na Avenida Paulista, poder atuar na forma daquela efetivamente comunicada, sem ser mister qualquer rodizio, a ser apenas observado se houver agendamentos para a mesma data e local e considerando quem por último no local pôde se manifestar (situação ou oposição)”;

O que vemos agora é apenas o desdobramento dessa disposição para a barganha e a negociação. A ata registra, como segundo aspecto dessa análise, uma reunião que vai muito além das exigências constitucionais para o exercício da livre manifestação. Os movimentos e partidos acordaram a possibilidade de punição com multa, estipulando a proibição tratada, daquele momento em diante, como lei, de que manifestantes com ideologias opostas ocupem o mesmo espaço ou organizem atos simultâneos. Isso obviamente estabelece um cerceamento que não permitiria que atos fascistas e intolerantes fossem impedidos de ocorrer por uma contramarcha que os repudiassem ou os atacassem, mesmo sendo atos que defendam o nazismo ou a perseguição às minorias.

Além disso, faz parecer que qualquer grupo que se manifeste no mesmo local professe a mesma ideologia, o que termina por igualar PCO e PSDB, como ideologicamente equivalentes. Pois, segundo a decisão da PM, não poderiam estar no mesmo ato. Ignora-se convenientemente que existem níveis de oposição, pacífica-se a multiplicidade das forças políticas, como se não-oposto momentaneamente, ou apenas toleráveis, significasse o mesmo, ou igual.

No entanto, lendo o documento acabamos por descobrir que, aceitando assinar esse acordo, PCO e PSDB descobrem realmente o seu grande solo comum: mediados pela Polícia Militar, eles se aceitam ideologicamente equivalentes (afinal, assinaram o documento!), em repudiar a ação direta e os atos “violentos” então atribuídos por ambos à tática de infiltração. É por repetirem esse discurso que, desde 2013, separaram os “verdadeiros manifestamente” dos “ilegítimos” e dos “vândalos”, juntamente à Polícia Militar, que vemos o que eles realmente têm em comum: aceitam a criminalização das táticas que não controlam, ajudam a criminalizar a espontaneidade da revolta e o imprevisível das manifestações populares. As organizações, mediadas pela polícia repressiva, se constituem como a polícia da paz em nome do governo das ruas.

Exatamente por partilharem da separação bom e mal manifestante, que eles assinam um documento pelo qual pretendem terminar o ato com hora marcada e antes de escurecer, e pelo qual pretendem marchar em ordem previamente comunicada à polícia, como em um desfile cívico onde nada poderia fugir ao planejado e ao controlável. A segurança que eles pretendem ter é a mesma dos que temem uma modificação radical do estado de coisas agora vigente, o que eles mais querem evitar é a força da revolta popular ingovernável. E, para tanto, são ativamente coniventes ao estado de exceção, pedem por ele para garantir que nada fuja ao controle, chegando a se comprometer com que as vias públicas não possam ser obstruídas sem diálogo prévio entre

os organizadores do ato e a Polícia Militar. Isso cerceia, muito além do que existe hoje na legislação e na jurisprudência vigente, o direito à livre manifestação. Imaginem, uma ação tão simples, tão primária e espontânea de um protesto popular, como fechar uma rua, não podendo ocorrer sem previamente negociação entre burocratas partidários e os burocratas armados?!

O que restaria de força, de pressão, em uma manifestação popular que não pudesse surpreender nem incomodar, fosse realmente o caso de algo assim acontecer, sem que nenhum intolerável anarquista desobedecesse o acordo firmado, obviamente sem consulta prévia?! Quem precisa de uma ditadura com uma esquerda dessas? Quem pode temer a supressão dos direitos democráticos quando o manifestódromo se tornar a regra, montando um palanque animado com carros de som feito carros alegóricos, muitos sorrisos e discursos falsos?

Os comunistas e a esquerda oficial continuam para sempre legalistas em um Estado que nunca foi e cada vez mais faz questão de sequer fingir que segue seus ritos!

Assinando este documento, os partidos políticos em questão se colocam em pleno acordo com a repressão policial ao mínimo fechamento de uma via, desde que eles não a tenham negociado com a polícia. Como se eles fossem os donos da rua e da manifestação e, realmente, pudessem controlar e conter o incomensurável sempre presente em um protesto. Qualquer ação para além da acordada, será tratada, nos diz ainda o acordo firmado e documentado, com a conivência desses senhores, seus partidos e instituições, como caso de polícia a ser investigado pelo Ministério Público.

De fato, o documento é público e a comunicação de manifestações de rua é uma rotina burocrática das representações sindicais, partidárias e de alguns movimentos sociais. Algo que eles mesmo acabam levando cotidianamente para suas formas de atuação, demonstrando, no fim, que sua forma política é apenas uma imensa burocratização da vida. No entanto, essa reunião, os termos da referida ata e as reações às contestações sobre esse acordo nas redes sociais digitais deixam evidente que as frentes são aliadas da polícia no governo das ruas e que as manifestações “Fora Bolsonaro!” estão capturadas pela disputa eleitoral que visa o controle da máquina estatal. Nada mais do que isso. Esse é o jogo.

É preciso ser explícito: se o objetivo é barrar o fascismo e impedir o fechamento do regime em uma ditadura formal, negociar com a polícia não é e nunca será o caminho. O colaboracionismo sempre terá muitos nomes, mas se faz pelas mesmas práticas!

SELF-DEFENSE

The existence of the hippie/drop-out community represents both an alternative to the present system... and a means for its destruction. The hip community poses a way of living rather than simply a way of surviving. On the one hand it rejects middle-class values, on the other hand it makes possible a fuller and more complete life. Out of that emerges a revolutionary culture.

This community is not a regional phenomenon... there is no such thing as a Boston hippie community, a New York hippie community, a San Francisco hippie community. There is one hip community and it spreads and grows from one end of this country to the other.

Our need and desire for our own community and for the right to discover our own forms of living are in direct conflict with the basic nature of America today... we become targets for the enforcers of the brutal values and empty aspirations of this society. We are being attacked because we are an alternative/threat and in order to survive we are going to have to defend ourselves and our communities by any means necessary.

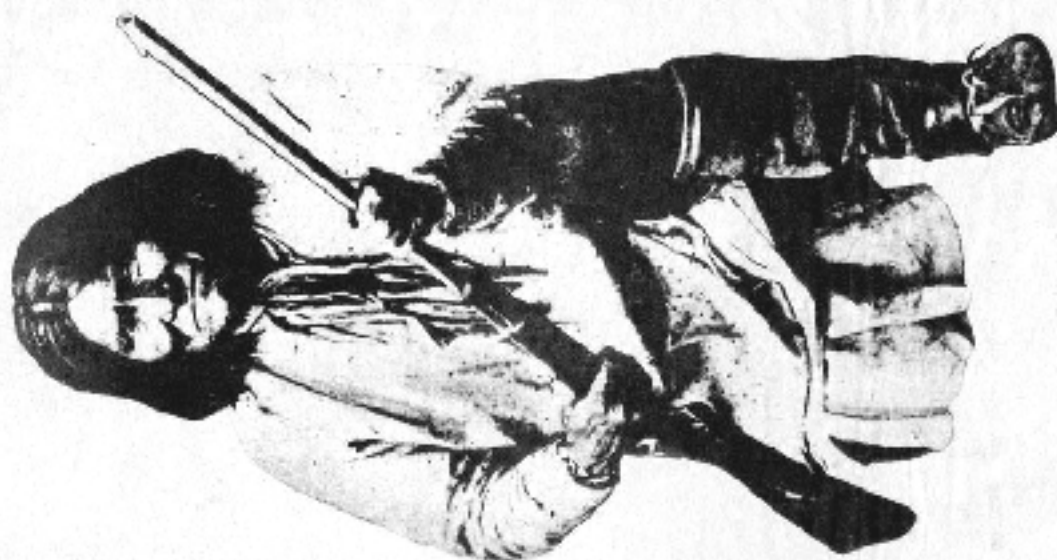
We are engaged in a two-fold struggle... the struggle to create a new way of living, and the struggle to defend ourselves against increasing regression. Already America has determined to prevent our communities from forming, and already we have had to fight back. In the struggle to create our own lives, Self-Defense transcends the personal act and becomes an involvement in the communal experience. AS WE FIGHT FOR OUR OWN LIVES WE ARE FIGHTING FOR THE POSSIBILITY OF LIFE...

Our communities must be created and their creation must be defended. We must discover both the forms of living together, and the means of defending these forms together. If we are attacked verbally, we defend ourselves verbally. If we are attacked culturally, we defend ourselves culturally. If we are attacked violently with open hands, we respond violently with open hands. And if we are attacked with weapons, we defend ourselves with weapons.

The idea of self-defense or even violence is not contrary to the idea of love. Our community is not specifically a "love" community, it is a total community. In order to be total we accept all of the elements of living. We don't reject any one element. What we would want, our ideal, is to create the kind of life that doesn't need violence, but at the same time we recognize that in order to be full men no part of life can be rejected.

The hip community is a full community, a culture, a way of life, a way of existing. It's not just a tactic or a... or another form of pacifism. Many people in the hip community are pacifist and would not use violence. But there are others of the hip community who know that we must defend those values that we pose as an alternative to America.

The dichotomy is always made between non-violence and violence and that's a false dichotomy. The real difference is between living and death. Some kinds of violence are living, and some kinds of violence are death. If our violence comes out of our desire to live and is only directed against those who would prevent us from living, then that is living-violence. If violence, like police and military violence, is directed against the lives of others, then that is death-violence. That's the real dichotomy: living and death, not non-violence and violence... Our community represents living.



WE MUST DEFINE OURSELVES FOR OURSELVES IN THE LANGUAGE AND GESTURES OF OUR OWN DISCOVERIES

WE MUST LEARN TO RECOGNIZE EACH OTHER AND TO KNOW THAT ANYONE WHO IS NOT WITH US IS THE ENEMY

WE MUST LEARN TO FIGHT AS WELL AS SEEK TO LOVE

WE MUST TAKE UP THE GUN AS WELL AS THE MINT

WE MUST DEFEND OUR COMMUNITY AND OUR OWN HUMANITY



"We're looking for people who like to draw"



AFFINITY GROUPS

AFFINITY GROUP-A STREET GAME WITH AN ANALYST'S

"Ideas can create life-and-death situations, but a man can really only fight and die for himself and for the lives of his friends."

-Chief Joseph

In the present struggle forms of organization must come into being that are appropriate to the changed conditions that are the real content of our times. These must be forms that are tenacious enough to resist repression; forms which can grow secretly, learning to manifest themselves in a large variety of ways, lest their mode of operation be co-opted by the opposition, or they simply be smashed.

The affinity group is the seed/germ/essence of organization. It is coming-together out of mutual need or desire; cohesive historical groups unite out of the shared necessities of the struggle for survival, while dreaming of the possibility of love. In the pre-revolutionary period affinity groups must assemble to project a revolutionary consciousness and to develop forms for particular struggles. In the revolutionary period itself they will emerge as armed cadres at the centers of conflict, and in the post-revolutionary period suggest forms for the new everyday life.

Mass demonstrations succeed in two ways: they bring predominant levels of consciousness into the streets and make visible the quantity of active alienation in our society... and they sometimes transcend the issues of "demonstration" to become mass actions. As mass demonstrations they fail to advance the nature and the forms of our struggle... as mass actions (whether against cops or against property) they begin to define the direction and the reality of what our struggle must become.

"Riots" or rebellions are the highest forms of mass action that we have seen so far. These rebellions project the consciousness of a community in action as it (1) liberates goods and geographical areas, and (2) engages the occupying forces (PIGS) in battle. This form, too, has advantages and limitations, and it is in response to both of these that people are discovering the tactical/theoretical possibilities of working together in small intimate groups.

The prospects for the future are clear in at least one respect: the Man and his Pigs are learning "crowd control" and they are escalating their response to all masses of people who take it upon themselves to behave in violation of this society's "law and order." Our preparations for advancing the struggle must always take into account the abilities and tendencies of the enemy. Mass demonstrations and community rebellions will continue to serve particular needs in many situations... but in the general sense of ongoing struggle it is necessary that we begin to act in that manner which is most favorable to our means and to our goals --- THE SMALL GROUP EXECUTING "SMALL" ACTIONS IN CONCERT WITH OTHER SMALL GROUPS/ "SMALL" ACTIONS WILL CREATE A WIDESPREAD CLIMATE OF STRUGGLE WITHIN WHICH ALL FORMS OF REBELLION CAN COME TOGETHER AND RUN THE FINAL FORM: REVOLUTION...

Already we have seen the small group response -- Columbia's Communes, Berkeley's Revolutionary Gangs, France's Committees of Action, and others so far known only by their actions (Cleveland). In the months to come these groups and the many others which will be forming face two kinds of absolute necessity as they seek to create the possibility of real community:

- (1) Internal development and security. Each group will continue to create its own sense of identity through the conscious synthesis of theory/practice, and each group will apply this identity to the existing reality in the most effective manner.
- (2) External relationships with similar groups. We must begin to set up those forms of communication and mutual awareness that can allow for greater mobility and greater response to more-than-local crises. This means that we will have to begin to create a network of affinity groups (both within existing communities and between those communities).

This network or "federation" must be characterized by a structural looseness which guarantees the identity and self-determination of each affinity group, as well as an organizational reality which allows various concerted actions directed toward total revolution.

The concept of the affinity group in no way denies the validity of mass actions, rather, this idea increases the revolutionary possibilities of these actions. The active minority is able, because it is theoretically more conscious and better prepared tactically, to light the first fuse and make the first breakthroughs. But that's all. The others can follow or not follow... The active minority plays the role of a persistent fermenting agent, encouraging action without claiming to lead... In certain objective situations -- with the help of the active minority -- spontaneity finds its place in social movement. It is spontaneity which permits the thrust forward, and not the slogans or directives of leaders. The affinity group is the source of both spontaneity and new forms of struggle.

up against the wall/MOTHERFUCKERS

341 EAST 10th St.

LOWER EAST SIDE

NEW YORK, N.Y.

Grupos de Afinidade São Gangues de Rua Com Análise – Relembrando UP AGAINST THE WALL, MOTHERFUCKERS!

“Vandalismo, Depredação e Análise”

Grupos de afinidades são grupos pequenos de pessoas que compartilham amizade, intimidade e confiança que se organizam para um fim. Na história do anarquismo, foram fundamentais para a sustentação de movimentos e revoluções inteiras, como na Federação Anarquista Ibérica durante a Revolução Espanhola, aponta o influente anarquista Murray Bookchin. Na Primeira Guerra Mundial, até mesmo o Exército Britânico optou por recrutar batalhões inteiros formados por amigos e vizinhos, os *Pals Battalions*, como forma de explorar a coesão fruto da afinidade e intimidade desses modelos, em oposição aos pelotões formados por desconhecidos. Na atualidade, redes grupos de afinidade organizam protestos antirracistas e radicalizam ações diretas, de apoio mútuo e assistência médica em conflitos no Brasil, nos Estados Unidos, no Chile e até revolução social em Rojava. O que demonstraria uma capacidade de adaptação e resiliência dos grupos de pessoas que se conhecem e compartilham laços profundos para lidar com situações e ambientes hostis.

No coletivo Facção Fictícia, costumamos usar como slogan a frase “Vandalismo, Depredação e Análise”. Seu tom carrega uma ironia, mas também uma sutil referência a um contexto histórico maior e que gostaríamos compartilhar. A expressão é uma adaptação da frase “Uma Gangue de Rua com Análise” (A Street Gang with Analysis“), que era como se autodefiniam um dos coletivos artísticos, radicais e subversivos mais perigosos dos anos 60 nos Estados Unidos: os Up Against the Wall! Motherfuckers. Seu nome em português seria algo como “Mão na parede, filho da puta!” – uma frase bastante comum de se ouvir se pixar ou grafitar muros sem autorização é uma de suas atividades preferidas. Compartilharemos abaixo um de seus folhetos sobre grupos de afinidade, mas antes, gostaríamos de oferecer algum contexto histórico e apontamentos teóricos sobre o tema.

Os Mutherfuckers!, como gostavam de se chamar, foram dos que levaram os grupos de afinidade aos limites máximos da arte e da ação revolucionária. Sua história cruza com os movimentos sociais mais relevantes de sua época, como os Black Panthers, mas também com grandes nomes da música e da arte, como os Surrealistas, e autores de diversos pontos do espectro radical, de Murray Bookchin aos Situacionistas. Diz a lenda que veio deles a arma que a feminista Valerie Solanas, usou para dar o tiro que quase matou Andy Warhol e que foram eles os responsáveis por expulsar a banda MC5 em suas limousines de um show gratuito comunitário por “venderem a revolução”.

“Nós éramos da rua. Nossa profissão foi a revolução. Foi tudo o que fizemos. Não tínhamos emprego, não éramos estudantes, tudo que fizemos foi radical. Uma militância radical. Verdadeiramente permanente. De manhã à noite, todos os dias. Dávamos comida de graça às pessoas, tínhamos um apartamento (que chamamos de “sala de jantar”) onde as pessoas podiam ficar sem pagar. Também tínhamos roupas disponíveis. Tudo o que fizemos foi de graça.”

– Ben Morea, em entrevista a Vittorio Biancardi, 2018.

Formado em Nova York em meio às agitações políticas da década de 1960, o grupo se reuniu em torno da revista Black Mask. Mais tarde assumiram o nome “não publicável” (“unprintable name”, segundo New York Times) Up Against the Wall Motherfucker!. ou simplesmente “The Motherfuckers” e, mais tarde, “The Family”. Autoproclamados herdeiros do dadaísmo e do surrealismo, sua primeira ação pública acabou por fechar o Museu de Arte Moderna de Nova York (MoMa) em 1966 apenas divulgando que iriam até lá fazer uma intervenção, o que levou o museu a trancar as portas por medo de que fizessem qualquer coisa. Já em 1968, MoMA recebeu a exposição “Dada, Surrealism and Their Heritage”, sendo criticada por seu foco na cultura pop e pouco em seu lado político. Dessa vez, os Motherfuckers se juntaram a outros grupos como Chicago Surrealists e marcharam em 300 pessoas rumo ao museu que estava cercado pela polícia e tropas de choque. Manifestantes soltaram galinhas e bombas fedorentas dentro do museu. Mais tarde, Salvador Dalí teria admitido: “agora somos parte do establishment”.

“Não somos artistas, nem anti-artistas. Somos homens criativos – revolucionários. Como homens criativos, nos dedicamos a construir uma nova sociedade... O falso conceito de arte não pode nos conter.”

– Black Mask, nº3, janeiro de 1967

Sua prática ganguista desenvolvidas nas ruas, nos centros de detenção juvenil e em constante conflito com a polícia fez com que até mesmo os Situacionistas temessem a relação com o grupo. Os Situacionistas chegaram a criticar o “puro ativismo” e decidiu pela expulsão da revista *Black Mask* de seu círculo “sem que seus membros sequer tenham concordado em entrar”. Foram apresentados ao grupo francês pelo anarquista Bookchin, que mais tarde também romperia relações com o Debord e seu secto. Inspirados nos escritos dos Situacionistas sobre arte e sua crítica social radical, UATW/MF tomou a ideia de “totalidade” para sua proposta de “Revolução Total”. No entanto, a ação radical nas ruas que buscava encarnar o ódio do lumpen proletariado como relatado no texto de Debord sobre a revolta do bairro negro de Watts, em Los Angeles de 1965, cujo os Motherfuckers levavam as últimas consequências em suas práticas de vida parecia assustar os eruditos Situacionistas que, segundo alguém que foi próximo ao movimento, Jean-Pierre Voyer, “exceto por Vienet, que era mecânico, não conseguiriam bater um prego”.

Por outro lado, movimentos radicais com tradição em ações comunitárias e disposição para a autodefesa armada, como os Panteras Negras, tinham profunda simpatia pelos Motherfuckers. Suas ações táctica e esteticamente se aproximavam dos Panthers. Segundo Gavin Grindon, “Morea foi a única pessoa branca a quem foi oferecido um título honorário filiação ao Partido dos Panteras Negras”. Grindon ressalta também que, inspirados por grupos como os Diggers de São Francisco e os próprios Panteras Negras, os UATW/MF “patrulhavam os bairros seguindo e vigiando a polícia, às vezes armados com facas ou correntes de moto. Ocasionalmente, eles livravam pessoas (interrompendo uma prisão e resgatando o preso). Eles se autodenominavam ACID (Comitê de Ação para Defesa Imediata) ou ESSO (Organização de Serviços do Lado Leste). Eles também montaram lojas gratuitas, [...], programas de alimentação gratuita, clínicas gratuitas ocasionais e serviços jurídicos, todos financiados principalmente por doações.”

A última edição da revista *Black Mask* foi em 1968, marcando a mudança de nome do grupo para oficialmente *Up Against the Wall Motherfucker* – Uma gangue de rua com análise.

Dos debates com Murray Bookchin em décadas mais joviais e menos rabugentas de sua carreira, surgiu o termo “Grupos de Afinidade”, hoje comum entre os grupos militantes radicais. Herbert Marcuse, que era tio de Tom “Osha” Neumann, membro dos Motherfuckers, deu uma palestra em Nova York e Ben Morea desafiou o intelectual e suas ideias sobre arte. Depois disso, alguns membros do grupo reuniram-se com Bookchin em seu aparta-

mento e debateram junto do comunista Russel Blackwell sobre as milícias anarquistas na Revolução Espanhola de 1936, organizadas em grupos de *compañeros*. Na década seguinte, em 1971, protestos com dezenas de milhares de pessoas em Washington foram organizadas por uma constelação de grupos de afinidade coordenados. GINDON, Gavin, *Poetry Written in Gasoline*, p. 23.

“A comunidade precisa de espaço livre. Ele precisa sobreviver, ficar louco, respirar, expandir, amar, lutar, ligar. [...] Um evento Motherfucker tinha que incluir comida grátis, música, discursos espontâneos, chamada e resposta.”

– Osha Newman, Up Against the Wall Motherfker!: A Memoir of Anarchism in the '60s.**

Afinidades: a primeira unidade de ação revolucionária

A herança do encontro entre esses militantes anti-artistas, anarquistas, socialistas, antirracistas e revolucionários para a prática dos movimentos atuais é extremamente relevante. Movimentos grandes e revoluções inteiras foram construídas com grupos e coletivos que começaram pequenos, rompendo com a norma estabelecida, se organizando para encontrar aliados e enfrentar sistemas inteiros.

Para atuar com o maior nível de segurança possível em momentos turbulentos onde é necessário agir fora dos mapas para romper o isolamento e encontrar seus pares, compartilhar cumplicidade, evitar grandes grupos ou exposição desnecessária. Essa é uma das vantagens dos grupos de afinidade. Nesse caso, nos referimos a grupos de amizade, cumplicidade e confiança, que compartilham pontos de vista comuns e interesse pelos mesmos objetivos e táticas, que desejam compartilhar tudo que é necessário para viver desde já a revolta que querem ver no mundo. Confiança, consenso, consentimento levado a um nível pessoal, face a face e não mediado. Esse tipo de grupo é uma forma de se organizar e tomar partido em grandes momentos de mobilização que rompem com os limites institucionais de movimentos sociais tradicionais, ao mesmo tempo que empoderam e encorajam a participação daquelas que não teriam legitimidade para se organizar de acordo com a mitologia marxista e das organizações de massas.

Esses grupos, em geral, não estão isolados entre si, mas em informal sintonia e, eventualmente, se encontrando com outros grupos pelo espaço das cidades, seja se descobrindo e colaborando durante um ato ou ação, seja estabelecendo uma rede de comunicação informal e boca a boca. Laços que se

estreitam quando mais precisam, se dispersam quando a poeira baixa e a fumaça se dissipa mas nunca são deixados de lado para atrofiar. E nossas ações devem buscar aumentar a potência enquanto corpos e fortalecer suas conexões. Para aumentar essas potências, precisamos promover bons encontros: “a partir de agora, não aceitaremos nenhuma amizade que não seja política”.

Visibilidade e Opacidade

Algumas pessoas podem atuar apenas com suas organizações, comunas ou grupos de afinidade, outras também podem estar em contato ou atuando em grupos maiores e maior mobilização e visibilidade. Mas é importante que se tenha em mente quais conexões trazem mais visibilidade (e seus riscos) para pessoas e grupos que pretendem permanecer opacos, invisíveis para o olho do poder. Importante considerar também que, se para algumas pessoas a visibilidade significa um risco, para outras ela é uma forma de proteção, que significa que se forem perseguidas e presas, contarão com possíveis mobilizações em solidariedade, o que pode ser mais embaraçoso para o Estado continuar efetuando uma escalada de prisões. Por isso é sempre mais útil para ele prender quem não tem tanta visibilidade dentro dos movimentos ou mesmo na mídia e, se possível, que esteja ligada a posturas mais radicais. Portanto, estar próximo dessas pessoas com maior visibilidade pode significar que as atenções que seriam dadas a elas, caíam sobre você e seu meio. Isso é particularmente perigoso quando essas pessoas com não dão a mínima para segurança e anonimato delas mesmas e daquelas relações com aquelas ao seu redor, ao mesmo que tempo que as convidam para somar com radicalidade em suas ações – como vimos nos principais grupos envolvidos na “luta contra

As intervenções de rua do UATW/MF em 1966 já prefiguravam a estética Black Bloc que surgiria 20 anos depois nos movimentos de ocupação na Alemanha para se espalhar por todo o globo.



o aumento” em junho de 2013 mas entre muitos outros episódios recentes da luta antifascista no Brasil contra o governo Bolsonaro.

Não quer dizer que grupos com disposição para ações mais radicais e criminosas e os grupos que atuam dentro da lei e com certa visibilidade não devam ter contato. Esse contato é estratégico para atingir a maioria dos nossos objetivos, no entanto deve ser feito com respeito às necessidades de segurança de cada parte. Além do mais, total anonimato e opacidade pode dificultar para o Estado nos encontrar, mas, ao mesmo tempo, pode nos isolar e dificultar que novas pessoas se se encontrem se tornem companheiras passem a cooperar. A repressão se beneficia quando grupos radicais se isolam em cenas reduzidas e privadas pois isso impede a adesão e a formação de uma base social de apoio e dificulta a propagação da ação direta e da solidariedade. Nosso maior desafio não é nos encarregar de táticas militares ultrassecretas, mas difundir habilidades e práticas libertárias de resistência. Não há nada melhor que atividades participativas, que ofereçam portas de entrada para novas pessoas e oportunidades para grupos existentes se unirem. Da mesma forma, anarquistas precisam equilibrar as vantagens do segredo com a necessidade de fazer circular novos formatos e energias rebeldes.

A guerra entre as classes invade todos os campos da vida: goste ou não, nascemos nisso e decidimos a todo o tempo como lutar. A questão é agir estrategicamente de forma a não lutar só. Isso é particularmente complicado no atual contexto de vigilância e repressão. Deve-se atuar em um grau mínimo de clandestinidade para que se possa resistir de forma significativa. Mas se o aspecto mais importante da resistência são as relações sociais que produzem a própria resistência, é um erro escolher formas de luta que criam bases e apoio social cada vez menores.

Se nossas bases sociais podem ficar menores à medida que os conflitos se intensificam, pode ser mais apropriado manter guerras mais brandas que não provoquem a fúria total do Estado ou então começar uma unidade de resistência popular mais ampla do que apenas um grupo de afinidade com sua galera. Isso não quer dizer deixar de lado os grupos de afinidade, mas entender que eles devem ser um meio para catalisar a ação popular, não um fim em si mesmo. O Estado vai, normalmente, preferir desacreditar e isolar grupos do que prendê-los ou matá-los. Perceber que essa é sua prioridade nos leva a defender nossas relações e conexões sociais como prioridade para nós. Podem nos espancar ou nos prender enquanto indivíduos, mas o importante é saber se manteremos vivos nossos valores e táticas.

Não estamos falando nenhuma novidade mas também não é um protocolo a ser seguido à risca. Estamos relatando uma forma de ser, estar e

agir espontânea e ao mesmo tempo crítica. Uma forma de se encontrar, se afetar e de compartilhar cumplicidade, solidariedade e ódio contra o poder autoritário. Vimos essa forma emergir nas ruas do Brasil, no entanto é o tipo de células e redes que estiveram por trás de muitos dos maiores levantes da história recente, em diferentes países e continentes.

* * *

A seguir, uma tradução do panfleto sobre grupos de afinidade produzido e amplamente difundido pelos UATW/MF na década de 1960 e 70. Que sirva de inspiração para novas gerações que buscam uma profunda relação entre ética e estética, não como mera apresentação visual ou de estilo, mas como uma forma de intervir no mundo de forma radical. Se nossa arte não for revolucionária, então não é nossa revolução.

GRUPO DE AFINIDADE = UMA GANGUE DE RUA COM ANÁLISE

por Up Against the Wall! Motherfuckers

“As ideias podem criar situações de vida ou morte, mas um homem pode realmente apenas lutar e morrer por si e pela vida de seus amigos.”

– Chief Joseph

Na luta atual, formas de organização devem surgir sendo adequadas às condições modificadas que compõem a matéria real de nossos tempos. Devem ser formas suficientemente coeso para resistir à repressão; formas que podem crescer secretamente, aprendendo a se manifestar de infinitas de maneiras, para que seu modo de operação não seja cooptado pela oposição ou simplesmente seja esmagado. O grupo de afinidade é a semente/germe/essência da organização. Ela se reúne por Necessidade ou Desejo mútuos: grupos históricos coesos se unem das necessidades compartilhadas da luta pela sobrevivência, enquanto sonham com a possibilidade de amar. No período pré-revolucionário, os grupos de afinidade devem se reunir para projetar

uma consciência revolucionária e desenvolver formas para lutas particulares. No próprio período revolucionário, eles emergirão como quadros armados nos centros de conflito e, no período pós-revolucionário, sugerem formas para a nova vida cotidiana.

As manifestações de massa são bem-sucedidas de duas maneiras: trazem níveis predominantes de consciência às ruas e tornam visível a quantidade de alienação ativa em nossa sociedade... e às vezes transcendem as questões de “manifestação” para se tornarem ações de massa. Como manifestações de massa, elas não conseguem avançar a natureza e as formas de nossa luta – como ações de massa (contra a polícia ou contra a propriedade), começam a definir a direção e a realidade do que nossa luta deve se tornar. “Motins” ou rebeliões são as formas mais altas de ação em massa que vimos até agora.

Essas rebeliões projetam a consciência de uma comunidade em ação, uma vez que (1) libera bens e áreas geográficas e (2) envolve as forças de ocupação (PORCOS) na batalha. Essa forma também possui vantagens e limitações; e é em resposta a ambas que as pessoas estão descobrindo as possibilidades tático-teóricas de trabalhar juntas em pequenos grupos íntimos. As perspectivas para o futuro são claras em pelo menos um aspecto: os Homens e seus Porcos estão aprendendo o “controle de multidão” e estão ampliando sua resposta a todas as massas de pessoas que se dispõem a se comportar violando as “leis e a ordem” dessa sociedade. Nossos preparativos para avançar na luta devem sempre levar em conta as habilidades e tendências do inimigo. Manifestações de massa e rebeliões nos bairros continuarão a atender necessidades específicas em muitas situações... Mas, no sentido geral de luta contínua, é necessário que comecemos a agir da maneira que for mais favorável aos nossos meios e objetivos – O PEQUENO GRUPO QUE EXECUTA AÇÕES “PEQUENAS” ORQUESTRA DO COM OUTROS GRUPOS PEQUENOS/AÇÕES “PEQUENAS” CRIARÃO UM CLIMA DE LUTAS GENERALIZADO EM QUE TODAS AS FORMAS DE REBELIÃO PODEM JUNTAR-SE E FORJAR A FORMA FINAL: REVOLUÇÃO...

Já vimos a resposta de pequenos grupos – as Comunas de Columbia, as Gangues Revolucionárias de Berkeley, os Comitês de Ação da França e outros até agora conhecidos apenas por suas ações (Cleveland). Nos próximos meses, esses grupos e muitos outros que se formarão enfrentam dois tipos de extrema necessidade, à medida que procuram criar a possibilidade de uma comunidade real:

(1) Desenvolvimento interno e segurança. Cada grupo continuará a criar seu próprio senso de identidade através da síntese consciente da teoria/prática; e cada grupo aplicará essa identidade à realidade existente da maneira mais eficaz.

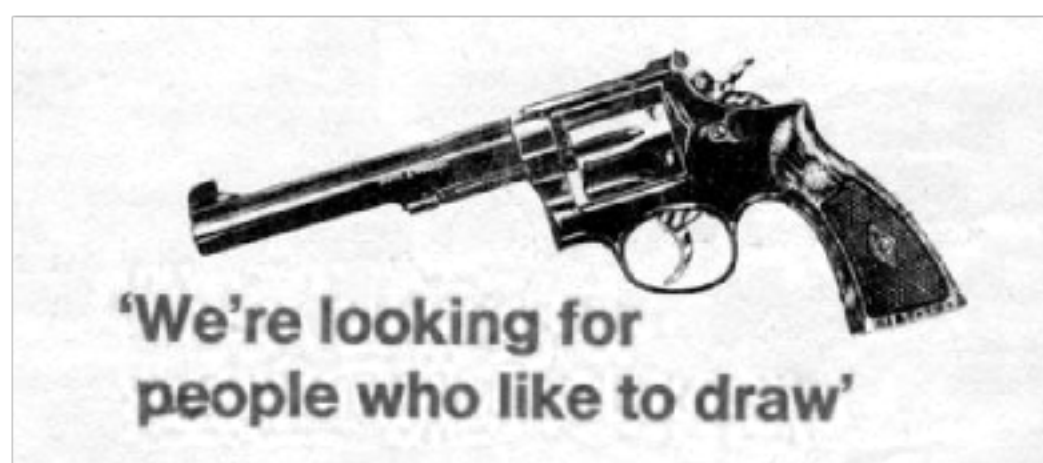
(2) Relações externas com grupos semelhantes. Devemos começar a estabelecer as formas de comunicação e conscientização mútua que podem permitir maior mobilidade e maior resposta a crises mais do que locais. Isso significa que teremos que começar a criar uma rede de grupos de afinidade (dentro das comunidades existentes e entre essas comunidades).

Essa rede ou “Federação” deve ser caracterizada por uma frouxidão estrutural que garanta a identidade e autodeterminação de cada grupo de afinidade, bem como uma realidade organizacional que permita o máximo de ações coordenadas direcionadas à revolução total.

O conceito de grupo de afinidade de forma alguma nega a validade das ações de massa; antes, essa ideia aumenta as possibilidades revolucionárias dessas ações. A minoria ativa é capaz, porque é teoricamente mais consciente e melhor preparada taticamente, para acender o primeiro pavio e fazer os primeiros avanços. Mas é tudo. Os outros podem seguir ou não seguir... A minoria ativa desempenha o papel de um agente agitador permanente, incentivando a ação sem pretender liderar ... Em certas situações objetivas – com a ajuda da minoria ativa – a espontaneidade encontra seu lugar no movimento social. É a espontaneidade que permite o avanço e não os slogans ou diretrizes dos líderes. O grupo de afinidade é a fonte de espontaneidade e de novas formas de luta.

up against the wall/MOTHERFUCKERS

341 EAST 10th St. LOWER EAST SIDE NEW YORK, NY.



“Procuramos pessoas que gostam de desenhar”

* * *

Leituras recomendadas:

Análises Críticas de uma Gangue de Rua – Textos publicados originalmente nas revistas Black Mask e UAW/MF (Nova York, 1966-7).

Up Against The Wall Motherfucker! – An anthology of rants, posters and more.

Petry Written in Gasoline – Artigo de Gavin Grindon sobre Black Mask e UATW/MF.

“Sobre grupos de afinidades” – Livreto organizado por Imprensa Marginal e Instituto de Estudos Libertários

Como Formar Um Grupo de Afinidade – Coletivo CrimethInc.

Grupos de Afinidade – Murray Bookchin, 1969.

Acerca dos Grupos de Afinidade – Das Lutas e GAMA – Grupo de Afinidade e Movimentação Anarquista

O Relógio Sempre Atrasado de Quem Teme a Revolta – ou Como os Protestos de 2021 Foram Enterrados

04 de setembro de 2021

Presenciamos a maior pandemia que o mundo viu em um século. No Brasil, com mais de 600 mil mortos, uma crise econômica, desemprego, aumento da população em situação de rua, a fome crescente e uma crise institucional com ameaças de “ruptura” e golpe militar toda semana. O governo e os ricos parecem querer zombar de nós com lucros recordes para bancos e novos bilionários surgindo no país em meio a uma crise sanitária que acabou com mais de 4 milhões de vidas em todo o planeta – e segue matando – enquanto filas se formam em açougues onde pessoas esperam comprar ossos e outros restos para ter o que comer.

Ainda há pouco, países vizinhos na América Latina são tomados por revoltas e pressão popular nas ruas contra os custos de vida e a perda de direitos pelo modo de gestão neoliberal, enquanto por aqui prevalece um grande esforço dentro da própria esquerda para manter a ordem social e a paz nas ruas.

Motivos para revoltar-se nunca faltaram, mas agora eles transbordam! E muitos ainda se perguntam: por que a rebelião não tomou as ruas de todas as cidades, trancando vias, queimando carros, destruindo lojas e delegacias, incendiando carros e viaturas como fizeram companheiras e companheiros em Santiago, Bogotá e Minneapolis? Temos os mesmos ingredientes básicos: reformas econômicas sufocantes, ataques a direitos básicos, uma pandemia tornada plano de extermínio e violência policial racista com números de guerra.

Ainda assim, é possível que tenhamos jogado no lixo a única chance desde o início desse governo de massificar uma radicalização em escala nacional. Os únicos capazes de romper o cerco e demonstrar força e articulação são os povos indígenas ocupando Brasília de forma inédita e exemplar para defender seus territórios à espoliação capitalista. Mas estão lutando praticamente sozinhos.

Ainda assim, é possível que tenhamos jogado no lixo a única chance desde o início desse governo de massificar uma radicalização em escala nacional. Os únicos capazes de romper o cerco e demonstrar força e articulação são os povos indígenas ocupando Brasília de forma inédita e exemplar para defender seus territórios à espoliação capitalista. Mas estão lutando praticamente sozinhos.

A janela de oportunidade parece ter se fechado e pode ser que levará muito tempo para se abrir novamente. Porém, para além de colocar a culpa e a responsabilidade em um outro, ou apenas no que de fato está sendo feito por nossos inimigos, devemos pensar o que nós temos feito — ou deixado de fazer.

“Ao contrario do que alguns pensam, a gente não tem medo da morte. Se tivéssemos, não estaríamos aqui, armados de arco e flecha e sem colete à prova de balas... não estaríamos aqui de peito aberto em meio a esta cidade”

— *Indígena em ato em São Paulo, quando STF ia julgar o Marco Temporal.*

Inimigos da autonomia

Nas lutas contra o aumento das tarifas de transporte público em 2013 e contra a Copa em 2014, a organização autônoma de movimentos veteranos das lutas antiglobalização, como MPL e inúmeras assembleias horizontais, foram capazes de mobilizar pessoas em dezenas de cidades de forma inédita, passando longe do controle dos partidos e centrais sindicais pacificadas pelo governo do PT. As ocupações de escolas por secundaristas em 2015/16, mostrou que uma geração muito mais jovem se organizando pela primeira vez também pode adicionar elementos novos e uma diversidade de táticas (ocupações, marchas, eventos) em uma mesma luta e obter grande sucesso. Desde então, não conseguimos arrancar grandes vitórias dentro da perspectiva de uma luta autônoma.

Nas atuais lutas contra o governo Bolsonaro e a catástrofe da Covid-19, a centro-esquerda têm mantido sua hegemonia reformista e garantido seus interesses eleitorais nos chamados e na organização dos atos pelo Brasil.

Movimentos que se organizam por fora da agenda dos partidos ou das grandes centrais sindicais – especialmente sob o guarda-chuva petista como a CUT – são ainda minoritários e até grandes e importantes movimentos sociais como o MST se submeteram ao mesmo imobilismo reformista. Mesmo assim, os movimentos autônomos e independentes foram pioneiros e protagonizaram várias tentativas de radicalizar as lutas com diversos coletivos, movimentos e blocos autônomos tomando a iniciativa em diferentes cidades.

No início da pandemia em 2020, de Porto Alegre a Belo Horizonte, torcidas organizadas antifascistas foram as primeiras organizações a chamar atos para barrar e confrontar carreatas e eventos bolsonaristas enquanto todo resto da esquerda ainda só sabia repetir um “fique em casa” acrítico, fazendo de tudo para evitar o enfrentamento com a extrema-direita. Em 2021, de Londrina a Salvador, blocos de luta organizando anarquistas, comunistas e indígenas compuseram os atos chamados pelas centrais sindicais e suas coalizões.

Tais mobilizações tiveram mérito em levar pessoas para as ruas, divulgar as pautas e imagem da luta antifascista, além de reforçar o potencial de articulação e ação política das torcidas organizadas. Eles romperam o silêncio para dizer que a onda fascistóide é tão ou mais perigosa que o vírus. Muitas pessoas obrigadas a se aglomerar todo dia nos transportes públicos e no trabalho, ficar em casa para assistir fascistas tomarem as ruas para legitimar esse governo e sua crise parecia uma péssima ideia. Mas ainda é preciso avaliar os motivos que impediram tais mobilizações de manter o fôlego para se manter nas ruas e ampliar a adesão.

“Lutamos contra eles escrevendo cartas para que não tenhamos que enfrentá-los com os punhos. Lutamos com os punhos para que não tenhamos que enfrentá-los com facas. Lutamos com facas para que não precisemos enfrentá-los com armas. Lutamos com armas para que não tenhamos que enfrentá-los com tanques.”

— “Murray” de Baltimore, citado no livro *Manual Antifa* de Mark Bray.

Após apontar os caminhos para uma autocrítica autonomista ainda a ser desenvolvida, não podemos deixar de avaliar o contexto político e as organizações para além dos nossos círculos autônomos ou radicais. Nesses quesitos, as frentes amplas partidárias reformistas foram mais eficientes em mobilizar

simultaneamente atos por todo o país. Muito disso é devido à sua enorme estrutura, tempo de atuação e recursos – os custos para divulgação, aluguel de carros de som, combustível, drones para filmagem, etc. chegaram à cifra dos 40 mil reais em Belo Horizonte e mais de 100 mil reais em São Paulo, segundo os próprios organizadores em assembleias. Recursos que, além de impossíveis de serem empregados por movimentos autônomos em uma única cidade, são também uma prova do imenso desperdício inerente às formas tradicionais de protesto organizado de cima para baixo, pensados de forma quantitativa onde uma estrutura com veicular e sonora cerca, dita o passo e abafa as vozes de corpos que poderiam ser ouvidos e enfrentar seus inimigos de classe com muito quase zero investimento do próprio bolso – e causando muito mais prejuízo aos patrões.

É importante analisar o papel das frentes amplas que foram formadas desde a luta contra o impeachment de Dilma Rousseff e como esse tipo de organização tem funcionado como um grande entrave na luta. O Fora BolsonaroTM(reforçamos aqui ironicamente a exclusividade da marca) reuniu a Frente Povo Sem Medo(composta majoritariamente por MST, PSOL, UP, PCB, dentre outros), Frente Brasil Popular(PT, MST, CUT, dentre outros) e a Povo Na Rua, Fora Bolsonaro (uma tentativa de partidos como UP e PCB de darem novos rumos aos protestos), além dos poucos independentes e autonomistas.

Nas discussões e assembleias ficou claro que a ala Brasil Popular fez de tudo para arrefecer o que já não parecia caminhar para a radicalidade. A decisão de adiar os protestos para um a cada mês depois e seu boicote claro as datas tiradas para além do seu controle reforçam esse diagnóstico. As reuniões das Fora Bolsonaro NacionalTM demonstravam claramente que grande parte dos que compunham o movimento oficial não queriam que os protestos se massificassem e saíssem do seu controle.

Qual foi o papel da CUT, a maior central sindical da América Latina, nos últimos atos que foram construídos no Brasil, se não a sabotagem de alto nível, desarticulação profissional e desmobilização esforçada? Enquanto diversos setores como os Correios são privatizados, professores e funcionários públicos passam por uma precarização cada vez maior, a CUT permanece extremamente recuada.

Não havia motivos ou desculpas para que uma grande greve geral não fosse convocada desde o início da pandemia. Porém, sabemos por qual razão isso não foi nem será feito: optou-se esperar até que Lula eventualmente possa ser eleito em outubro de 2022. Quem pode esperar até lá? Quando a

revolta estourar nas ruas e nem mesmo essa esquerda cúmplice dos patrões e da lei puder controlá-la, seremos nós que estaremos nas ruas.

Na luta contra esse governo, sua base fascista, o neoliberalismo e a vida no capitalismo em si, aqueles que, como fizeram membros MTST e PCB, desfazem barricadas e agridem quem as ergue, são inimigos de classe. Também o são aqueles que se sentaram com a polícia e os partidos de direita em São Paulo para negociar e combinar o que é permitido e legítimo fazer em um protesto, jogando na fogueira qualquer movimento organizado ou revoltas espontâneas que possam surgir. São falsos críticos do capitalismo pois não fazem sua crítica com ações concretas quando é a hora, apenas aguardam, tramam e agem quando convém à sua agenda por entrar na máquina estatal. E pior: se colocam no caminho de quem tem disposição para agir, declarando-os inimigos. Nossa leitura apenas aceita e reforça tal declaração.

Revolta, revolução e muita confusão

Do nosso lado das barricadas, é preciso reconhecer que perdemos também tempo e oportunidades em debates e confusões sobre a “conjuntura ideal para luta” ou as “condições para radicalização”. Muito se questionou sobre “o que a revolta constrói a longo prazo”, de “que adianta uma greve geral ou radicalizar agora” enquanto a população está “sem trabalho ou na total informalidade e precarização” — como se essa não fosse a realidade permanente da população. Os argumentos mais desonestos afirmam que “a ação direta combativa nas ruas daria o pretexto ideal para Bolsonaro dar um golpe” ou instaurar um estado de exceção — como se a elite precisasse de pretextos para explorar, escravizar reprimir ou agir na exceção e não o fizessem diariamente.

Muitas dessas avaliações derivam de uma análise dogmática ou ideológica das lutas, mais preocupadas em encontrar sinais de etapas revolucionárias em revoltas pontuais. Algo disso vem das narrativas que movimentos radicais compartilham, onde as mobilizações e levantes ocorrerão de forma crescente até que a ordem social venha abaixo por uma revolução. No primeiro caso, deixamos de enxergar o que as ruas dizem, as oportunidades imprevistas que se abrem para as pequenas vitórias. No segundo, ignoramos uma tendência em que as lutas avançam e sofrem refluxos, momentos de mobilizações e vitórias, momentos de repressão e também de reação — quando inimigos avançam sua agenda reacionária ou fascista. Algo que nossa geração conhece por experiência.



Quando falamos de revolta popular e vitórias pontuais, temos como exemplo as vitórias em 2013 contra a tarifa no Brasil e, mais recentemente, no Chile, quando em 2019 uma luta dos estudantes e trabalhadoras também contra aumento nas tarifas abriu caminho para uma onda de protestos contra o modelo neoliberal que culminou numa vitória histórica que derrubou a constituição da era Pinochet. Sejam nesses exemplos, ou nas lutas por George Floyd nos EUA ou contra a Lei de Extradicação em Hong Kong, as ondas de revolta são exemplares e inspiradoras, mas muito distante de um verdadeiro processo revolucionário que pode promover uma mudança profunda nas estruturas de comando da sociedade.

Revolta, por mais que necessária, não é o mesmo que revolução — nem necessariamente conduz imediatamente a uma revolução. Não há motivos para gastarmos horas em análises de conjuntura se não for para nos engajar e apoiar uma luta dos de baixo, mesmo que pontual, por ela não corresponder ao “previsível” desenvolvimento das “etapas” para uma radicalização.

Sabemos muito bem que para levantes como de 2013 no Brasil ou 2020 no Chile e nos EUA abrirem caminho para uma revolução, será preciso um longo caminho de construção de estruturas comunais, articulando muito mais gente, recursos e territórios. Algo que, como ensinam os povos de Rojava a Chiapas, é custoso, contraditório, incompleto e atrai permanente embate com nossos inimigos.

Mas avaliar tendências históricas ou recentes e nos preparar para assumir posturas coerentes aos nossos princípios não significa nos limitar a uma rígida análise dogmática sobre as lutas e transformações sociais. Deixar de

enxergar padrões e tendências na história, para acreditar em leis pretensamente científicas é um erro imobilizador.

Aqueles que esperam “a conjuntura ideal”, não reconhecem o papel da revolta e esperam pelas “leis naturais da revolução”, querem compreender as “leis” que regem a sociedade como quem avalia as propriedades dos astros ou dos minerais. Preferem não agir para não ter que apostar no desconhecido, imensurável ou previsível – aquilo que não podem controlar. Por isso, ao preferir as previsíveis “leis da revolução”, acabam do lado das previsíveis leis da polícia e da burguesia: vão atacar, sabotar, denunciar e entregar elementos que desafiam ambas.

“A ironia da história universal põe tudo de cabeça para baixo. Nós, os ‘revolucionários’, os ‘subversivos’, prosperamos muito melhor com os meios legais do que com os ilegais e a subversão.”

– *Frederich Engels, Prefácio de ‘As Lutas de Classes em França’*

É preciso abertura aos sinais de nossos tempos e apostar no que não conhecemos ou podemos controlar. Quem só quer encontrar uma “legalidade científica” para agir por transformação social, nunca luta de fato e apenas espera pela autorrealização da “dialética histórica”. Assim como os marxistas ortodoxos apenas esperam pelo resultado da contradição capitalista, abrindo mão da subversão e da ideia de revolução para respeitar a lei do estado e disputar seus cargos democraticamente, os novos sacerdotes “apreendendo” e “revelando” as regras dos movimentos sociais e dos protestos de rua nunca acreditam ser “a hora certa de radicalizar”. E quando o fascismo marcha com cada vez mais novos membros nas ruas e mais poder nas instituições, é porque, como já dissemos, seu relógio está mais do que atrasado.

Muito mais tragédias e muito mais oportunidades foram perdidas por quem teme o imprevisível do que por aqueles que acham que leis claras como as da termodinâmica poderiam ser aplicadas na sociedade, para prever e antecipar eventos. Talvez por isso que, de 1917 a 2020, radicais são quase sempre pegos de surpresa pelos levantes sociais.

Para momentos de efervescência nas ruas, precisamos de ideias e ferramentas práticas que deem suporte àquelas pessoas que, por sofrerem a perda e as sequelas de uma tragédia como a pandemia, a fome e a exclusão sistemáticas, se erguem e tomam iniciativa sem nada mais do que a disposição para negar e atacar materialmente essa ordem.

Se nenhuma conjuntura é favorável, ataque!

Se não ficou claro, diremos: uma das únicas “regras” que reconhecemos é que governos não recuam sem a pressão das ruas em chamas, das barricadas, dos bloqueios, das lojas saqueadas, palácios vandalizados e sem uma resposta proporcional à violência policial de forma generalizada. O maior protesto antiguerra da história, nos EUA em 2003, não surtiu efeito algum contra a invasão do Iraque pois se comportou e respeitou a lei e a ordem. Mas quando 200 cidades viram delegacias e prédios inteiros em chamas em 2020, as mídias e os políticos adicionaram até mesmo o fim da polícia na sua lista de debates — debate até então restrito aos movimentos mais radicais.

A única vez que a pauta única e imediata contra o aumento das tarifas dos transportes obteve uma vitória em escala nacional no Brasil nas últimas décadas foi quando, em 2013, movimentos autônomos chamaram o povo para as ruas sem pretensão de controlar ninguém, e confrontos e vandalismo tomaram centenas de cidades pelo país sem se submeter ao legalismo sindical e partidário.

O trabalho de base, a militância cotidiana que constrói laços e supre as necessidades imediatas da população não necessariamente são ameaçados quando há um levante em curso. Aliás, podem ser fundamentais para prover solidariedade, apoio material e convocar mais gente para manter as mobilizações por mais tempo. Mas não devem ser pretexto para algum movimento escolher o lado da lei, da polícia, da ordem e dos 1% no controle, assassinando com fome e bala os de baixo. Ninguém precisa estar em todas as formas de luta, ação e organização. Mas quando um black bloc, uma barricada, uma primera línea surge para revidar à agressão policial e atacar as estruturas de poder, cabe aos que se organizam previamente e se dizem revolucionárias apoiar e, no mínimo, prestar total solidariedade com a revolta dos de baixo.

Guy Debord ressaltou as revoltas no bairro negro de Watts, Los Angeles, em 1965, quando um incidente de trânsito culminou em dez dias de confrontos, saques e vandalismo. Segundo o autor, aquela foi “*uma revolta contra a mercadoria, contra o mundo da mercadoria e do trabalhador-consumidor hierarquicamente submisso aos padrões da mercadoria. Os negros de Los Angeles [...] tomam ao pé da letra a propaganda do capitalismo moderno [...]. Querem possuir imediatamente todos os objetos expostos e abstratamente disponíveis porque querem usá-los. Desta maneira, recusam o valor de troca, a realidade mercantil que é seu molde [...]. O homem que destrói as mercadorias demonstra sua superioridade humana sobre aquelas.*” E continua: “*a produção mercantil, assim que deixa de ser comprada, transforma-se em criticável e modificável em todas as suas formas particulares.*”



Debord nos lembra que a revolta popular contra a opressão é, sem dúvida, a forma de crítica mais sofisticada possível. Onde ela surgir, devemos apoiar. Se não fisicamente, reforçando sua legitimidade e sua necessidade para uma transformação social.

Ainda assim, nem tudo é uma questão de quanta depredação ou quantas pessoas organizadas temos para lutar e arriscar suas vidas e sua liberdade para chegarmos a alguma mudança social. Da mesma forma, nem tudo que “vem do povo” também deve ser imediatamente aceito como desejável. O machismo e o fascismo podem vir do povo e podem ser o resultado de séculos de uma construção social e cultural. A revolta prática contra medidas impostas de cima para baixo, treina a organização e a ação de quem já se organiza, mas também convida novas pessoas a tomarem posição e avança debates: seja pelo fim da polícia, pelo acesso à cidade, seja sobre machismo dentro da esquerda ou os limites do reformismo.

Como disse Mark Bray⁶ sobre os protestos nos EUA em 2020, “não há nem longe membros suficientes ou grupos Antifa nos Estados Unidos para promover o que estamos vendo”. Essa é uma constatação básica que nos lembra que a revolta nos EUA foi uma revolta generalizada e do povo. Mas especialmente, da população negra e pobre. Por mais que gostemos de ver anarquistas, antifascistas e demais radicais marcando presença como uma força social potente, ela ainda é hoje uma força marginal capaz, quando muito, de influenciar e auxiliar as revoltas. Mas as pessoas que vão para as

6 Ver: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-06-04/mark-bray-nao-ha-nem-de-longe-grupos-antifa-suficientes-para-levar-a-cabo-o-que-estamos-vendo.html>

ruas em momentos como esse não são militantes experientes deliberando formalmente o que é “mais responsável” a se fazer.

Portanto, não existe “conjuntura favorável” para a luta dos oprimidos e todos os momentos oferecerão vantagens e desafios. Não existe momento em que a revolta pode acontecer sem “o risco de um golpe”, “de mais repressão” ou de “dar lugar a uma onda fascista”. Todos esses elementos estão sempre presente em maior ou menor grau. Não agir de forma combativa por “não ser essa a vontade da maioria” é esquecer que levantes e revoluções são trabalho de minorias da população. Nem 3% dos habitantes foram as ruas do Brasil em 2013 ou dos vários países durante a Primavera Árabe – e conhecemos bem o efeito devastador desse “pequeno número”. Não é por acaso que, da França em 1848 ao Chile de 2021, eleições e plebiscitos são uma ótima ferramenta para frear insurreições e transformar movimentações revolucionárias em reformas pacificadoras.

Nesse tema, ficamos com as palavras de camaradas da Teia dos Povos em agosto de 2021:

Nossos povos fizeram Palmares, os Redutos do Contestado, Canudos, Calderão de Santa Cruz do Deserto, a Balaiada, a Cabanagem... nossos povos são rebeldes e não esperam conjuntura boa para lutar. Zumbi, Antônio Conselheiro, Manuel Balaio não poderiam esperar a mudança de governantes para agirem. Isto é muito sério, minha gente. Se queremos que o derradeiro dia de luta chegue, precisamos hoje amolar as foices, hastear as bandeiras e fazer uma boa roça que nos dê sustança para a batalha. A palavra da hora é autodefesa! O derradeiro dia não chegará se não mostrarmos desde já que é possível, que já soubemos e ainda sabemos fazer. E para isto, não tenham dúvidas, é fundamental a aliança de povos. Nenhum partido, organização ou povo pode unificar tantos povos heterogêneos com sua forma de agir. Então, que tenhamos uma aliança heterogênea, desde baixo, à esquerda e por terra e território. Esta não é uma carta, é um convite à resistência, um convite a se aprumar para a guerra!”

—Teia dos Povos, “Só nos resta a GUERRA”

Conclusão: 3 lados de um conflito global

A direita no poder dá aos movimentos radicais e anticapitalistas a chance de mostrarem formas de luta e objetivos que não dependem de relação com o estado. Rompendo o laço (ou a cooptação) que os movimentos sociais mantinham com a esquerda no governo e dificulta, mesmo que por um tempo, a identificação que os movimentos e muitas pessoas podem ainda ter com o aparato estatal e suas narrativas democráticas e institucionais.

No fim das contas, sabemos que nem a esquerda, nem muito menos a direita no comando do Estado serão capazes de minimizar os impactos de uma economia neoliberal globalizada, cada vez mais brutal e excludente. Se a luta indígena é a única a não recuar no Brasil hoje, é porque sabe que não adianta esperar por outro governo, o estado é sempre inimigo dos povos e das florestas e um aliado do capital. Não surpreende que nos governos petistas não houve demarcações que garantissem o acesso às terras indígenas hoje ameaçadas com a proposta do Marco Temporal, além de ter sido o governo de Dilma Rousseff que promoveu enormes ataques à Amazônia e seus povos com a construção de Belo Monte e um dos menores números de terras reconhecidas.

Não podemos deixar que a frustração com o governo Bolsonaro reabilite o projeto petista e pacifique as ruas novamente. Precisamos evitar esse pêndulo de atração e insatisfação que reúne a simpatia das massas hora à direita, hora à esquerda em períodos eleitorais.

Em momentos de crise neoliberal, pode ser útil para a elite assumir reformas apresentadas pela esquerda institucional para incluir os pobres nas linhas de crédito e consumo ou a um relativo bem-estar. Mas quando é o momento de retomar as rédeas e os lucros, neoliberais se aliam a fascistas para a retomada do controle total do estado.

Por isso é fundamental lembrar de lutamos e resistimos contra todos os que disputam pelo controle do Estado e do Capital, e que irão sempre usar seu aparato policial contra nós da base da pirâmide. Não esquecemos que foi no governo do PT que vimos um aparelho repressivo contra movimentos sociais e a ocupação das favelas serem levadas adiante como nunca. Tudo isso feito de forma a dar legitimidade para tais ações e instituições militarizadas que agora Bolsonaro herdou para usar contra movimentos sociais e toda a população.

O cenário dos conflitos sociais em escala global não se reduz apenas ao embate binário entre direita/esquerda, conservadores/progressistas, bolso-

naristas/petistas. Existem ao menos três grande lados nos conflitos globais se delineando hoje, dentre os quais podemos nos situar de acordo com a perspectiva de ação e proposta para futuro:

1. Neoliberais de todos os tipos, dos Democratas nos EUA a partidos supostamente esquerdistas como o SYRIZA na Grécia, Podemos na Espanha e o Partido dos Trabalhadores no Brasil. Embora discordem dos detalhes, todos compartilham um objetivo comum de usar a governança estatal global em rede para estabilizar o mundo em prol do Capitalismo.

2. Nacionalistas como Trump, Erdogan, Bolsonaro e extremistas como o grupo Estado Islâmico ou o Talibã, que deixaram claro que não se incomodam com a construção de estados genocidas e a eliminação de povos – sejam indígenas, negros, LGBTTTQI, imigrantes, mexicanos, curdos ou palestinos. Essa categoria também inclui Assad, Putin e outros demagogos que – como os neoliberais – costumam estar em desacordo uns com os outros, mas todos buscam a mesma visão de um mundo pós-neoliberal de etnoestados concorrentes entre si.

3. Movimentos sociais radicais de libertação que buscam promover a autodeterminação pluralista e igualitária, com base na autonomia e na solidariedade. Anarquistas, Zapatistas e a revolução em Rojava são exemplos que se encaixam nessa categoria, mesmo que grande parte também tenha um caráter nacionalista.

Nesse cenário, onde o conflito social não é mais binário, mas se divide em três, movimentos sociais anticapitalistas precisam reunir forças e desenvolver suas próprias narrativas e estratégias para difundir conhecimento, apoio, solidariedade e coordenação. É nessa perspectiva que buscaremos manter e ampliar nosso campo de trabalho.

Movimentos autônomos, anarquistas, indígenas, antifascistas e outros fora da asa e da agenda eleitoral da centro-esquerda, devem romper o cerco, construir suas bases e estruturas para luta ou serão sempre usados como linha de frente quando for conveniente fazer oposição e rifados na hora de disputar a legitimidade necessária para ocupar cargos no estado.

Se compomos frentes amplas ou “unificadas” em luta contra Bolsonaro ou qualquer fascista no presente, não devemos nos iludir achando que nossa diferença de objetivos finais não trará contradições e conflitos agora. Se as bases do PCB ou MTST vão agredir manifestantes radicais nas ruas, Lula e seus iguais tampouco são aliados. São parte dos que querem amaciar as

relações no capitalismo para perpetuá-lo ao máximo, tornando a sua queda ainda mais dura – seja com um golpe fascista, catástrofes climáticas ou, provavelmente, uma combinação de ambos.

Lula, que percorre o Brasil num clima de pré-campanha não oficial, não pronunciou nenhuma palavra em apoio a luta indígena contra a PL 490, o Marco Temporal e todos chamado Combo da Morte contra os povos e florestas. Seu compromisso, como já sabemos, é com a gestão “humanizada” do capital. Em declarações públicas e na internet, está mais preocupado em elogiar e fazer referências ao legado de Getúlio Vargas, ditador golpista que colaborou com a Alemanha de Hitler e fez de tudo para esmagar o movimento operário. O lado de Lula e do PT é o lado do estado e da polícia, das UPP’s, de Belo Monte, ocupação do Haiti, paralisação da reforma agrária, lucro recorde dos bancos e dos empresários.

Não podemos esperar por um partido ou um único salvador para fazer recuar esse governo e sua base fascista e militarizada. Lula pode até vencer em 2022, mas a minoria de apoiadores de Bolsonaro, repleta de milicianos e neonazistas, não vão baixar a guarda nem se desfazer das milhares de novas armas em circulação graças às políticas e propaganda do presidente. Mas sem uma oposição de base, organizada nas ruas e em toda a sociedade, o fascismo nunca recua. E, como aponta Mark Bray, uma minoria fascista já é risco suficiente.

A linha está traçada nesse conflito de 3 lados. Apenas um quer liberdade dos povos, as florestas de pé e os rios limpos. Não há outra palavra: estamos em guerra pela vida.

Post Scriptum:

Enquanto escrevíamos esse breve texto, nos deparamos com mais uma reunião da esquerda de São Paulo, a direita e as forças policiais. As forças bolsonaristas e o próprio presidente vem encarando o 7 de Setembro como uma data central para demonstrar suas forças na rua, inclusive ventilando por muitos meios a possibilidade de um golpe, a esquerda novamente se finge de morta e decide organizar um ato imóvel no Vale do Anhagabau em São Paulo (colocando a culpa novamente na tática black bloc), em Belo Horizonte o Grito de Excluídos após reunião com a PM mudou o local de concentração para evitar conflitos com a direita, por todo o país a esquerda tem recuado em seus locais tradicionais de protesto para que a direita marche

tranquilamente. Pouco tempo depois, o conhecido deputado federal e ícone de esquerda Marcelo Freixo, disse que a esquerda não deveria dar mais motivos para que o Bolsonaro agisse com violência.

O próprio ex-presidente Lula afirmou que não iria nas manifestações de 7 de setembro, já que a cúpula do PT decidiu que é mais importante deixar Bolsonaro “derretendo” (e levando com ele o país) do que fazer uma real oposição.

De tanto fingir-se de morta, talvez essa esquerda já esteja!



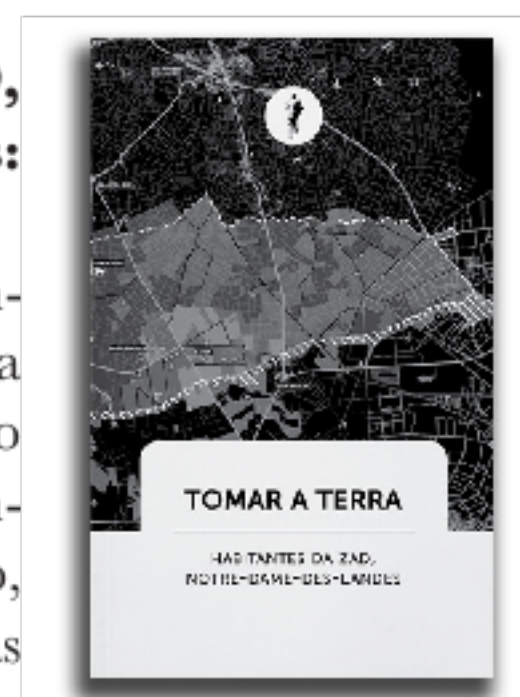
As ilustrações desse artigo são todas de Francisco Papas Fritas — não deixe que a revolta seja apenas uma bela imagem, ou apenas um retrato nos livros de história.

Leituras Recomendadas

Abaixo, listamos algumas breve recomendações de leitura para o ano que começa, com obras lançadas neste ano de 2021. Destaque para duas das diversas obras de Piotr Kropotkin lançadas no centenário de sua morte e para as obras sobre as lutas antitapitalistas por territórios de habitantes da ZAD na França e membros da Teia dos Povos no Brasil.

TOMAR A TERRA – Habitantes da ZAD, Notre-Dame-des-Landes:

Lançamento da editora Glac escrito por habitantes da ZAD (Zona a Defender), na França, sobre sua vitoriosa luta para ocupar, habitar, plantar e derrotar o projeto do aeroporto que o governo e a elite tentou implementar por décadas. Um anti-manual de ocupação, autogestão e autonomia coletiva da terra para os dias atuais, escrito e pensado a partir de uma luta vitoriosa, mas que ainda lida com as consequências da vitória e nem por isso deixa de fazer uma autocrítica e reconhecer os tentáculos de captura do capitalismo institucional.



Por Terra e Território: caminhos da revolução dos povos no Brasil:

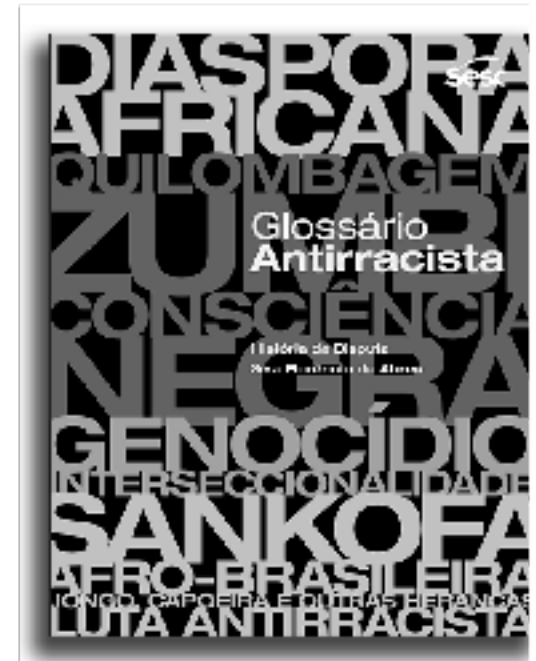
Livro que anuncia as ideias e práticas fundamentais da Teia dos Povos, articulação preta, indígena e popular em sua luta pela terra, mas também pelo fim do capitalismo e suas consequências para a vida, os biomas e o planeta. Traçando os caminhos suas experiências na busca por soberania alimentar, hídrica, energética, autodeterminação pedagógica e autodefesa, o livro parte da prática, de fora para dentro, de baixo para cima, para apontar saídas, problemas e desafios da luta anticapitalista em tempos de catástrofes sociais e climáticas.



Glossário Antirracista

Com intuito de fomentar, fortalecer e ampliar os diálogos sobre a condição social da população negra, o coletivo História da Disputa: Disputa da História desenvolveu esse glossário com referências bibliográficas importantes, conceitos históricos e contextualiza o racismo no Brasil de forma didática e direta.

Baixe em https://cutt.ly/Glossario_Antirracista



‘El Buen Trato’ & ‘Expropriação Anarquista’

Os textos “Buen Trato” e “Expropriação anarquista”, escritos por Pascual Muñoz e traduzidos aqui para o português, narram a fuga de anarquistas da prisão uruguaia de Punta Carretas em 1931 e retomam uma série de expropriações feitas também por ácratas que viveram pela região do Rio da Prata nas primeiras décadas do séc. XX.

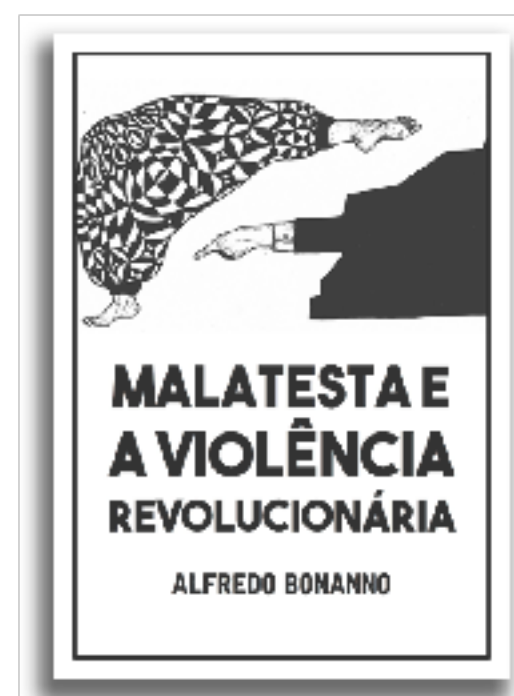
Pandemia e Anarquia:

Coleção que reúne quinze ensaios de pesquisadores das práticas libertárias que analisam as implicações sociopolíticas do novo coronavírus e sua relação com os modos de existência. Perpassando diversas esferas das relações humanas, da economia e da ciência às relações amorosas e ao ser criança durante a pandemia, os escritos insurgem-se contra a suposta ruptura com o mundo dado antes da Covid-19 para analisar e estancar a racionalidade neoliberal, e a chamada crise sanitária. Com isso, traçam a afirmação de uma vida outra no presente.



MALATESTA E A VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA, por Alfredo Bonanno

Tradução inédita da Edições Insurrectas de uma fala realizada por Alfredo Bonanno em Napoli, 2003. Nele, o autor retoma alguns trechos de escritos de Malatesta sobre a violência revolucionária não para defendê-la ou refutá-la, mas para recuperar os próprios textos do companheiro e, assim, combater uma ortopedia histórica que alguns grupos tentam fazer com seus escritos muitas vezes na tentativa de justificar uma leitura moral e condenatória sobre o uso da violência, incompatível com suas posições sobre o tema

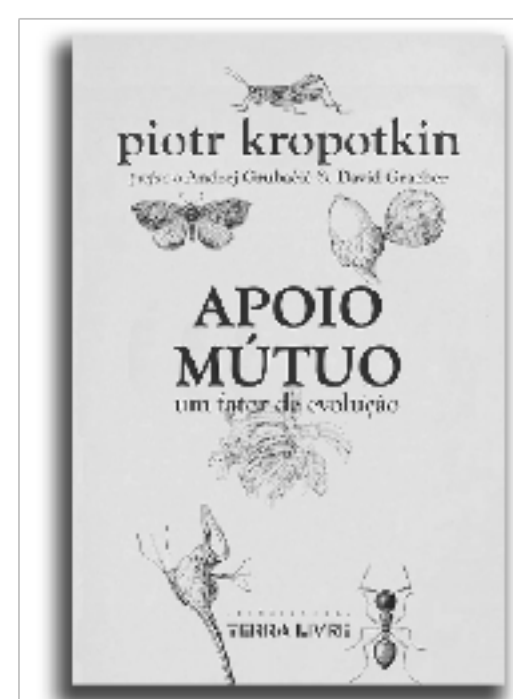


MEMÓRIAS DE UM REVOLUCIONÁRIO, autobiografia de Piotr Kropotkin

No ano do centenário de Kropotkin, várias de suas obras ganharam novas e melhoradas edições brasileiras. Dentre elas, está sua autobiografia editada pelo Centro de Cultura Social - SP, onde o autor narra sua ruptura com a família nobre, seus estudos e engajamento no movimento operário revolucionário na Rússia e na Europa.

APOIO MÚTUO Um Fator de Evolução, por Piotr Kropotkin

Nova edição desse clássico do pensamento anarco-comunista pela Bilioteca Terra Livre, com apresentação de David Graeber e Andrej Grubacic. Publicado em 1902, a obra demonstra como a cooperação entre espécies e sociedades foi mais determinante para a sobrevivência e sucesso do que a competição individualista, como prega a mitologia capitalista e neoliberal.



Sugestões, dúvidas ou críticas?
Escreva para *facfic@riseup.net*



INTERNACIONAL FICTÍCIA:



VANDALISMO • DEPREDACÃO • ANÁLISE

FOGO NOS RACISTAS!

